

CASCAIS
CÂMARA MUNICIPAL



DIAGNÓSTICO SOCIAL DE **CASCAIS**

LOTE 1. RECOLHA, TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS
QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS REFERENTES À SITUAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO PRELIMINAR





DIAGNÓSTICO SOCIAL DE **CASCAIS**

LOTE 1. RECOLHA, TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS
QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS REFERENTES À SITUAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO PRELIMINAR

FEVEREIRO 2015

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ANEA	Associação Nacional da Espondilite Anquilosante
ABLA	Associação de Beneficência Luso Alemã
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
AFAIJE	Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Jeta
AML	Área Metropolitana de Lisboa
APSA	Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger
ARSLVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
BD	Base de Dados
CADIn	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil
CAE	Código de Atividade Económica
CIP	Conjunto de Interesse Público
CMC	Câmara Municipal de Cascais
CNP	Classificação Nacional de Profissões
DEC	Departamento de Desenvolvimento Estratégico
DGS	Direção Geral de Saúde
DPAC	Divisão de Animação, Promoção e Patrimónios Culturais
DSC	Diagnóstico Social de Cascais
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
GEE	Gases Efeito de Estufa
HPP	Hospitais Privados de Portugal
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IIP	Imóveis de Interesse Público
INE	Instituto Nacional de Estatística
IpC	Indicador do poder de compra <i>per capita</i>
kWh/hab	Quilowatt/habitante
MIP	Monumentos de Interesse Público
ONG	Organização Não Governamental
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PPP	Parceria Público-Privada
RSI	Rendimento Social de Inserção
SCIE	Sistema de Contas Integradas das Empresas
SNS	Sistema Nacional de Saúde
TMRG	Tempo Máximo de Resposta Garantida
UCC	Unidades de Cuidados de Saúde na Comunidade
UCSP	Unidades de Cuidados de Saúde Personalizadas
UE	União Europeia
USF	Unidades de Saúde Familiar
USP	Unidade de Saúde Pública

ÍNDICE

0. NOTA INTRODUTÓRIA	5
I. ENQUADRAMENTO DO CONCELHO	7
I.1. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO	8
I.2. ENQUADRAMENTO SOCIAL	11
I.3. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	13
II. SITUAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO	16
II.1. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DOS "GRUPOS DE ANÁLISE"	17
II.1.1. Crianças e Jovens	17
II.1.2. Mulheres	20
II.1.3. Pessoas Idosas	23
II.1.4. Pessoas com Deficiência	26
II.1.5. Imigrantes e Minorias	28
II.2. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DAS "ÁREAS DE VIDA"	30
II.2.1. Emprego	30
II.2.2. Rendimento	32
II.2.3. Habitação, Urbanismo e Acessibilidades	35
II.2.4. Consumo/Alimentação	41
II.2.5. Educação	42
II.2.6. Saúde	46
II.2.7. Cultura e Lazer	49
II.2.8. Informação e cidadania	52
III. MATRIZ DE AVALIAÇÃO E DE MONITORIZAÇÃO DA SITUAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS	54
III.1. MODELO	55
III.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS INDICADORES	56
III.3. ESTRUTURA E <i>LAYOUT</i>	58

0. NOTA INTRODUTÓRIA

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE CASCAIS

Lote 1. Recolha, tratamento e análise de dados quantitativos e qualitativos referentes à situação social

0. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento corresponde ao Relatório Preliminar do “**Lote 1. Recolha, Tratamento e Análise de Dados Quantitativos e Qualitativos Referentes à Situação Social**” do Diagnóstico Social de Cascais, promovido pela Câmara Municipal de Cascais (CMC) e elaborado pelo CEDRU (Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda), entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, contando com os contributos da CMC na revisão da versão preliminar do relatório.

Como referido em sede de Caderno de Encargos, o Diagnóstico Social de Cascais (DSC) deverá analisar e sintetizar a realidade social do concelho, gerando conhecimento sobre a natureza e magnitude dos problemas sociais, respetivas causas e tendências, sobre as necessidades e potencialidades existentes no quadro das competências da Rede Social e, ainda, sobre a capacidade das organizações locais para promover a coesão social, cruzando critérios territoriais, populacionais e setoriais.

No contexto dos trabalhos do DSC, o “Lote 1. Recolha, Tratamento e Análise de Dados Quantitativos e Qualitativos Referentes à Situação Social” centra-se no estudo da situação atual relativa às problemáticas sociais em diversas “áreas de vida” (emprego, rendimento, habitação, consumo e alimentação, educação, saúde, cultura e lazer, informação e cidadania) para a população em geral e análise tendencial da situação, bem como no estudo da situação atual dos “grupos de análise” (crianças e jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, imigrantes e minorias) face a essas problemáticas e respetiva análise tendencial da situação. Estas duas leituras devem ser antecedidas de um enquadramento demográfico, social e económico do concelho de Cascais.

Os “grupos de análise” correspondem a grupos populacionais em maior risco ou mais vulneráveis a falhas de coesão social (mais facilmente sujeitos a exclusão social), sendo definidos com base nas quatro dimensões de bem-estar (equidade e não discriminação; dignidade e reconhecimento; autonomia e desenvolvimento pessoal; participação e compromisso)¹. No que concerne a dois “grupos de análise” considerados, importa relevar algumas considerações de partida para a realização do DSC, designadamente:

- “Crianças e Jovens” – atendendo a uma situação de crescente relevância de jovens que não desenvolvem nenhuma atividade (frequência de ensino ou formação ou inserção no mercado de trabalho) consideram-se os grupos etários até aos 24 anos;
- “Idosos” – atendendo ao aumento da esperança de vida e conseqüente envelhecimento populacional que caracteriza a estrutura etária concelhia e a sua relevância no planeamento e programação da rede de equipamentos e de serviços sociais, procurar-se-á, sempre que se revelar pertinente, analisar este “grupo de análise” em dois grupos etários: 65 aos 79 anos (terceira idade); ≥ 80 anos (quarta idade).

Para além desta nota introdutória, o documento é composto por três pontos principais, nomeadamente:

- Um primeiro ponto, onde se procede a uma análise de enquadramento e contextualização da situação demográfica, social e económica do concelho de Cascais, efetuando-se uma comparação, designadamente, com a Grande Lisboa, com a Área Metropolitana de Lisboa, com Portugal e, em alguns indicadores, com um grupo de “municípios comparáveis”²;
- Um segundo ponto, onde se realiza uma caracterização e um diagnóstico sintéticos da situação social do concelho de Cascais, designadamente por “grupo de análise” e por “área de vida”;
- Finalmente, um terceiro ponto, onde se apresenta o modelo, os critérios de seleção dos indicadores e a estrutura de uma matriz para a avaliação da situação social de Cascais, que permita, futuramente, monitorizar a situação social concelhia e constituir uma importante ferramenta de apoio ao planeamento territorial e setorial.

Os conteúdos deste documento são da responsabilidade da equipa técnica, que agradece à Câmara Municipal de Cascais e às restantes entidades consultadas o apoio e contribuição prestadas para a sua realização.

¹ Council of Europe (2005): Concerted Development of Social Cohesion Indicators: Methodological guide.

² A construção do conceito “municípios comparáveis” tem como objetivo permitir, ainda que de forma limitada, a comparação do desempenho de cada um dos 308 municípios portugueses com um conjunto de municípios com um perfil socioeconómico semelhante. A listagem de municípios e respetivos “municípios comparáveis” encontra-se disponível em www.portalmunicipal.pt/pentaho/api/repos/costum-resources-plugin/resources/output/MunicipiosComparaveis.xlsx

I. ENQUADRAMENTO DO CONCELHO

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE CASCAIS

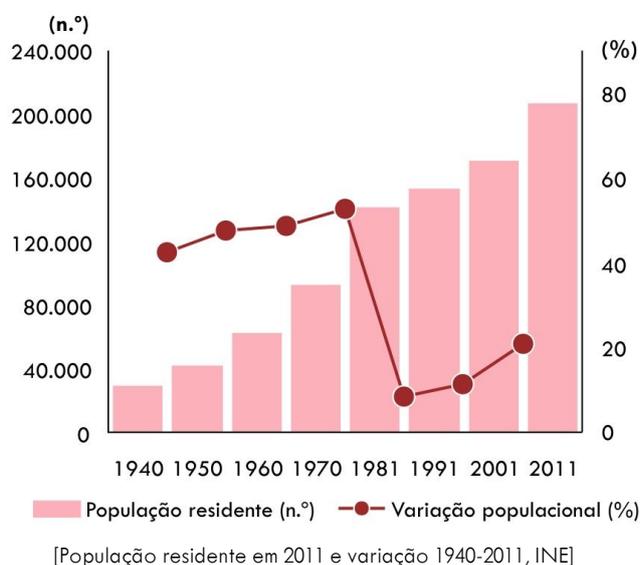
Lote 1. Recolha, tratamento e análise de dados quantitativos e qualitativos referentes à situação social

I.1. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO

No período compreendido entre 1940 e 2011, o concelho de Cascais registou um aumento populacional significativo. Releve-se o crescimento até 1981, de 29.641 habitantes, para 141.948 (1940-1981).

Apesar de, nas estimativas populacionais mais recentes (2012-2014), se registarem taxas de crescimento de menor intensidade, a evolução demográfica caracterizou-se por um constante aumento do número de residentes, tendo-se contabilizado, no último período censitário, 206.479 habitantes. A quebra registada na variação da população entre 1981 e 1991 está principalmente relacionada com diminuição do saldo migratório que passou de quase 30.000 entre 1970 e 1981 para menos de 5.000 entre 1981 e 1991.

Aumento populacional constante nos últimos 70 anos

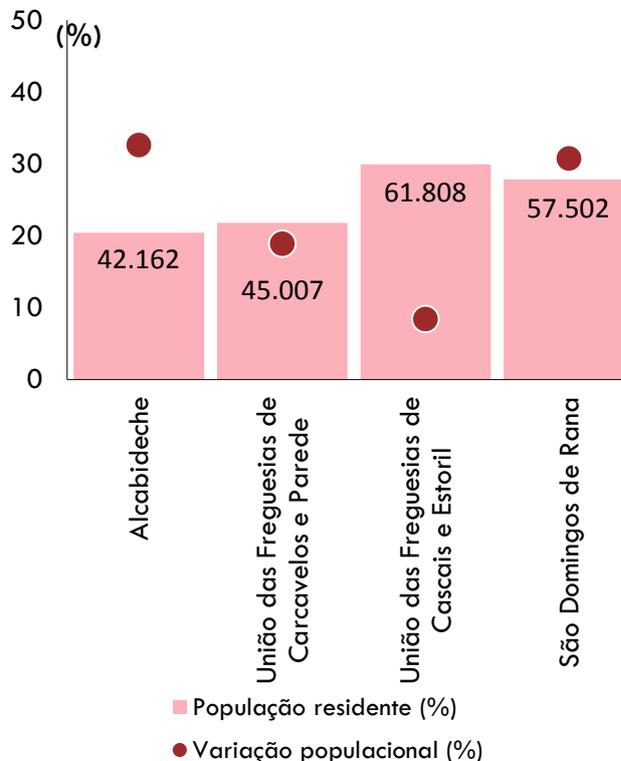


Distribuição intra concelhia da população bastante equilibrada

A distribuição dos habitantes pelas freguesias concretiza-se de forma bastante homogénea, contribuindo para que não se registassem, em 2011, grandes diferenças entre si.

Esta distribuição ficou mais equilibrada com a Reorganização Administrativa das freguesias, que atenuou algumas assimetrias.

A União de Freguesias de Cascais e Estoril era a que registava maior número de residentes (61.808), representando perto de 30% da população do concelho. No extremo oposto, encontrava-se a freguesia de Alcabideche, com 42.162 habitantes, o que equivalia a cerca de 20% da população total de Cascais. Ainda assim, foi nesta freguesia que se registou o maior aumento populacional no período intercensitário entre 2001 e 2011, na ordem dos 32,6 pontos percentuais.

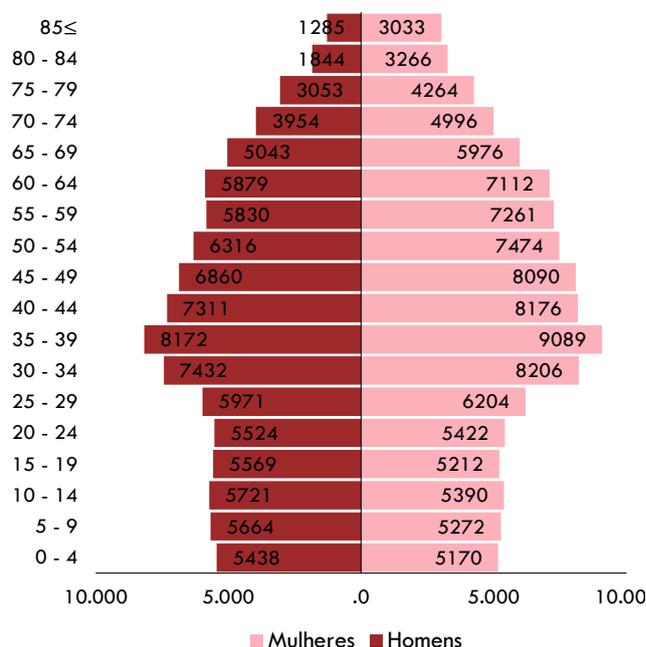


Dinâmica demográfica caracterizada pelo aumento do número de crianças e idosos

A dinâmica demográfica registada em Cascais caracterizou-se pelo ganho de relevância dos escalões etários das extremidades da pirâmide etária.

No último período intercensitário, ocorreu um aumento no número de indivíduos de todos os grandes escalões etários, à exceção do compreendido entre os 15 e os 24 anos. Porém, na estrutura demográfica, o grupo até aos 14 anos e o relativo aos indivíduos com ≥ 65 anos foram os que registaram os maiores aumentos relativos (comparativamente aos restantes grandes grupos etários), tendo sido mais notório o acréscimo nos idosos (2,7%) face ao observado nas crianças (0,7%).

Apesar do dinamismo demográfico registado no efetivo populacional, estes podem ser sinais de uma ligeira tendência para o envelhecimento demográfico.



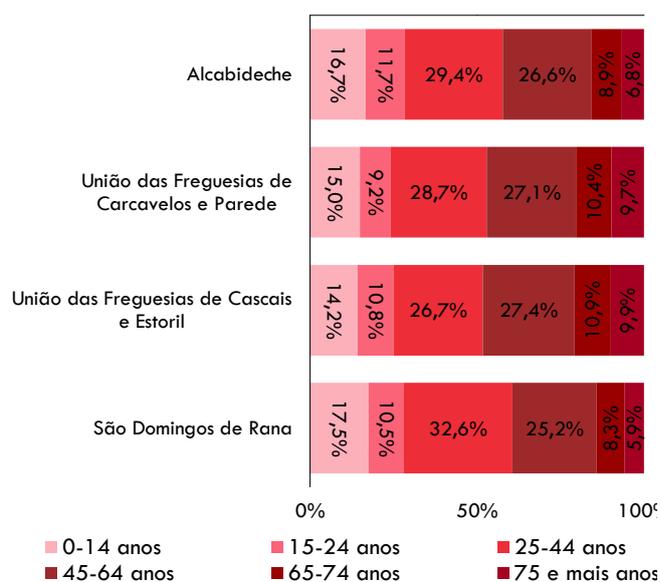
[Pirâmide etária da população residente em 2011, INE]

Estrutura etária intra concelhia com ligeiras diferenças internas

A estrutura etária da população residente por freguesia apresentava algumas diferenças entre si.

Na freguesia de São Domingos de Rana era onde se encontrava a maior proporção de habitantes entre os 0 e os 14 anos de idade, bem como a menor proporção de população com mais de 65 anos (14,1%). Pelo contrário, a União de Freguesias de Cascais e Estoril era a que apresentava menor peso relativo de crianças na sua população (14,2%) e aquela em que a população mais idosa era mais significativa (9,9%).

As freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana apresentavam a menor proporção de população idosa, sendo as Uniões de Freguesias aquelas em que o peso da população envelhecida é mais relevante.



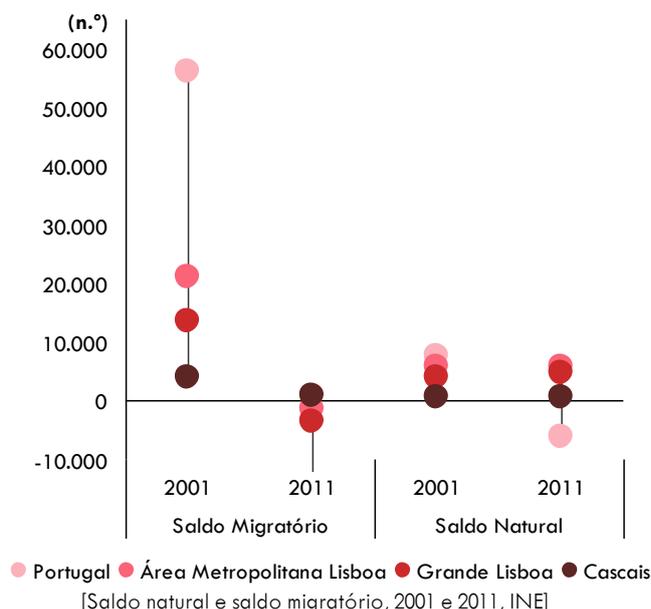
[Estrutura etária da população residente em 2011, INE]

Saldo migratório positivo, ainda que em abrandamento face ao último período intercensitário

Ao nível concelhio o saldo migratório sofreu um forte acréscimo em 2001, tendo passado de valores negativos em 1991 para um saldo positivo de cerca de 4.000 pessoas.

Porém, de acordo com o INE, este valor, apesar de se manter positivo, tem vindo a diminuir substancialmente, tendo-se situado em apenas 882 indivíduos em 2011.

No que concerne ao saldo natural, não se observam diferenças relevantes entre 1991 e 2001 (502 e 538, respetivamente). Em 2011, observou-se um ligeiro acréscimo, tendo este indicador atingido os 593 indivíduos.



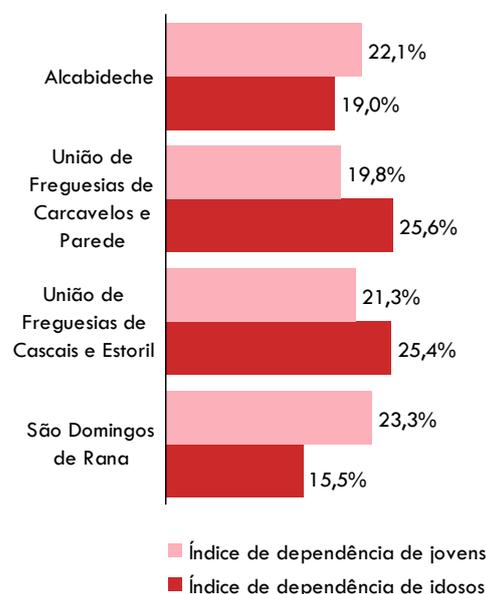
Classes etárias mais envelhecidas com crescimento superior ao registado nos jovens

Da evolução demográfica de Cascais, não se podem dissociar as tendências relacionadas com a estrutura etária concelhia.

Atendendo ao índice de dependência de jovens, o grupo populacional de menor idade registou um aumento em todas as freguesias no último período intercensitário face à população em idade ativa, oscilando, em 2011, entre os 19,8 da União de Freguesias de Carcavelos e Parede e os 23,3 de São Domingos de Rana.

Ainda assim, esse aumento é bastante inferior ao observado para os idosos, refletido no índice de dependência de idosos. Em 2011, os valores intra concelhos oscilavam entre os 15,5 de São Domingos de Rana e os 25,6 da União de Freguesias de Carcavelos e Parede.

Esta situação ilustra uma tendência de aumento de dimensão das classes etárias mais envelhecidas em Cascais superior à registada para as crianças e jovens, concordante com o registado para os valores regionais e nacionais.



[Índice de dependência de jovens e índice de dependência de idosos em 2011, INE]

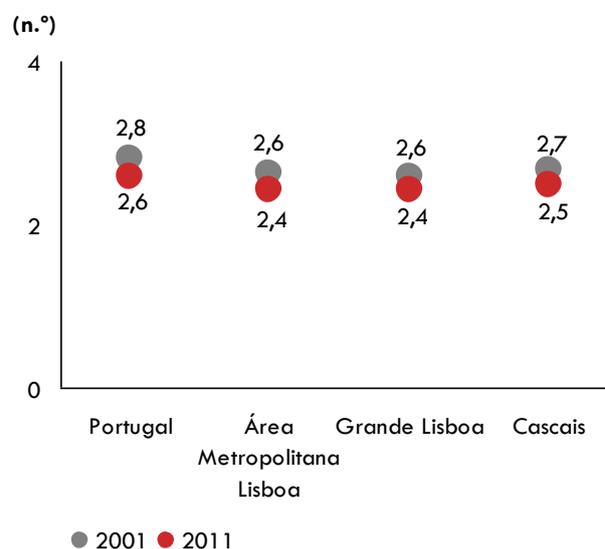
I.2. ENQUADRAMENTO SOCIAL

Diminuição generalizada da dimensão média das famílias clássicas

A dimensão média das famílias clássicas apresentou durante o último período intercensitário uma tendência de diminuição significativa.

As famílias clássicas portuguesas tinham uma dimensão média de 2,81 pessoas, em 2001, passando para os 2,58 indivíduos em 2011. Esta tendência de diminuição não foi tão acentuada no território da Grande Lisboa, já que a redução foi de 0,18 pessoas para uma dimensão média de 2,42 pessoas por família.

Cascais manteve-se como a unidade territorial do conjunto em questão com a segunda maior dimensão média das famílias, apesar da redução para 2,48 em 2011.



[Dimensão média das famílias em 2001 e em 2011, INE]

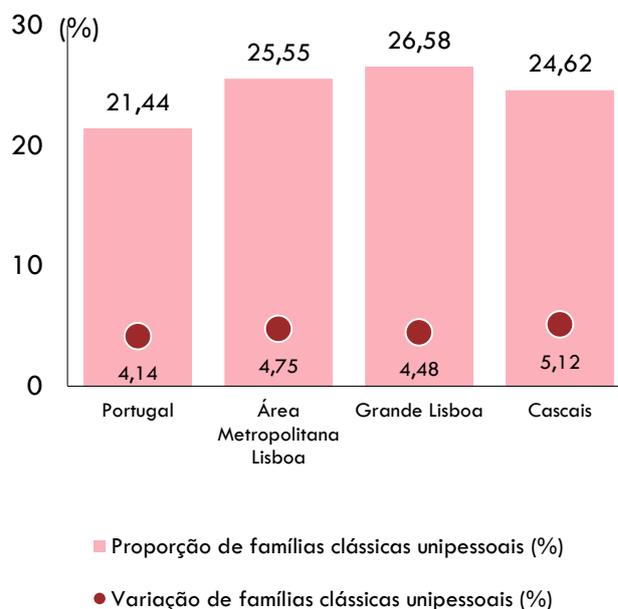
A proporção de famílias clássicas unipessoais sofreu um aumento transversal a todas as unidades territoriais em análise no último período intercensitário.

Em Cascais, esse aumento foi ligeiramente superior, ainda que a proporção deste tipo de agregados familiares seja menor quando comparado com o existente na Grande Lisboa e na AML.

O valor concelhio encontrava-se um pouco acima do valor médio nacional, que era de 21,4% em 2011 (em Cascais, de 24,6%, no mesmo ano).

Note-se que para a AML e para a Grande Lisboa mais de um quarto das famílias se enquadrava nesta tipologia familiar.

Aumento generalizado das famílias clássicas unipessoais



[Proporção de famílias clássicas unipessoais em 2011 e variação 2001-2011, INE]

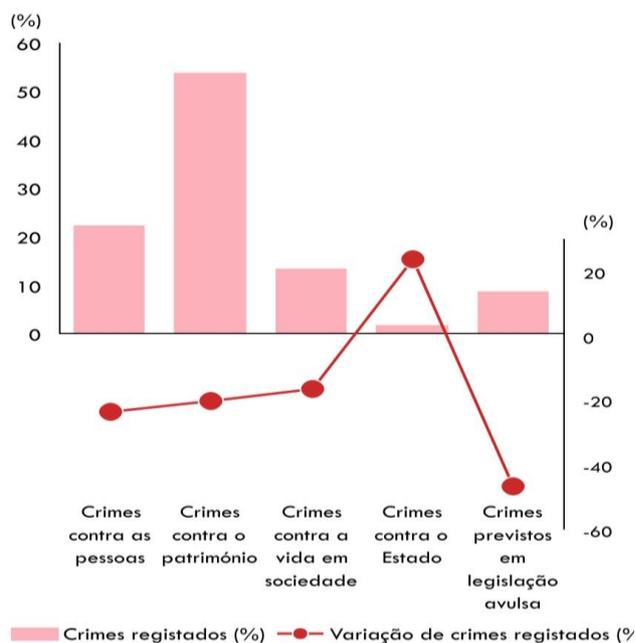
Diminuição recente dos crimes registados pelas autoridades policiais

Os dados relativos aos crimes registados pelas autoridades policiais apresentam uma trajetória positiva.

Em Cascais, releve-se o crime contra o património, responsável por mais de metade das ocorrências registadas. Esta tipologia sofreu uma redução de mais de 20% entre 2011 e 2013.

Os crimes previstos em legislação avulsa foram os que sofreram maior decréscimo (46,6%), embora estes tenham um peso relativamente reduzido no concelho.

Na sua globalidade, ao nível concelhio, os crimes registados tiveram um decréscimo de 22% no período referido.



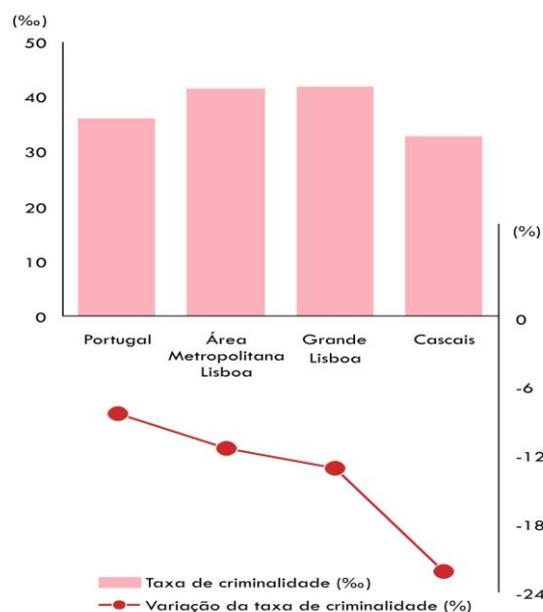
[Crimes registados pelas autoridades policiais em 2013 e variação 2011-2013, INE]

Cascais com a taxa de criminalidade mais baixa

A taxa de criminalidade em Cascais atingiu, em 2013, os 32,7%, a mais baixa do conjunto de unidades territoriais em análise.

A diferença para a média nacional (36,1%) é mais reduzida quando comparada com os valores registados para a Grande Lisboa e para a AML. Nestas unidades territoriais, a taxa de criminalidade atingiu os 41,8% e 41,4%, respetivamente.

Ainda assim, este indicador sofreu um decréscimo transversal a todos os territórios no período entre 2011 e 2013. Em Cascais, esta diminuição foi também a mais elevada do conjunto em análise, situando-se nos 22,1%, bastante superior à diminuição do valor médio nacional, que se cifrou nos 8,4%.



[Taxa de criminalidade em 2013 e variação 2011-2013, INE]

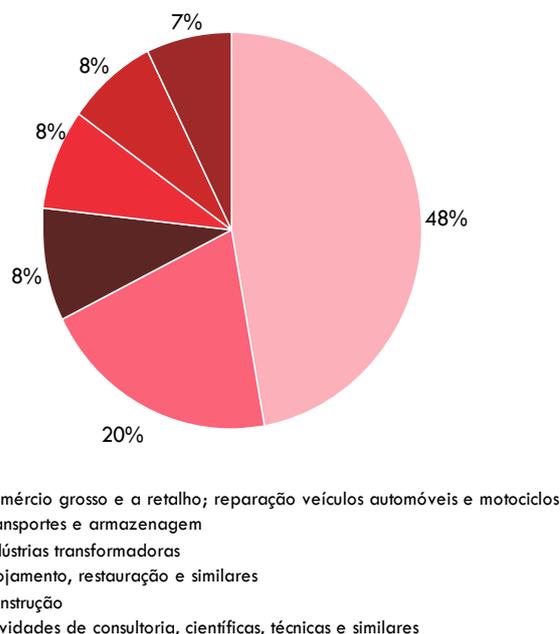
I.3. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Principais atividades económicas em volume de negócios no setor dos serviços

A atividade económica com maior dimensão de negócios em Cascais, em 2012, foi, à semelhança das restantes unidades territoriais, o comércio por grosso e a retalho, com um volume de negócios na ordem dos 1.728 M€. Este valor representava mais de 40% do total das seis atividades com maior volume de negócios (3.665 M€).

Em segundo lugar, surgiam as atividades relacionadas com os transportes e a armazenagem, com uma dimensão de negócios pouco acima dos 746 M€.

A indústria transformadora, que foi, nas restantes unidades, a segunda tipologia de atividade com volume de negócios mais significativo, ocupou, em Cascais, o terceiro lugar, com um valor perto dos 340 M€.



[Proporção do volume de negócios face ao total de negócios das seis atividades com maior dimensão em Cascais em 2012, INE]

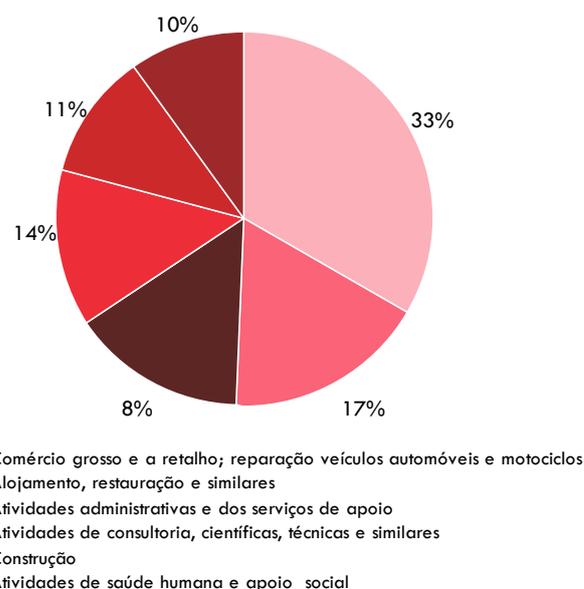
As atividades de comércio a retalho e por grosso e a reparação de automóveis e motociclos são as que apresentam maior número de pessoas ao serviço

As atividades económicas relacionadas com o comércio a retalho e por grosso e a reparação de automóveis e motociclos empregavam em 2012, no concelho, quase 15 mil pessoas (cerca de 33% do total de empregados das seis atividades com maior número de funcionários), refletindo o que se observava nas restantes unidades territoriais.

Em segundo lugar, confirmando, a apetência turística do concelho, surgiam as atividades de alojamento, restauração e similares, com quase 8 mil empregados.

As atividades administrativas e dos serviços de apoio ocupavam a terceira posição, com 6.722 empregados.

As atividades com maior volume de negócios correspondem sobremaneira às atividades com maior número de postos de trabalho. A exceção são as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares que apresentam uma proporção de empregados de 14% e apenas 8% do volume de negócios do concelho.



[Proporção de empregados face ao total de postos de trabalho das seis atividades económicas com maior número de funcionários em Cascais em 2012, INE]

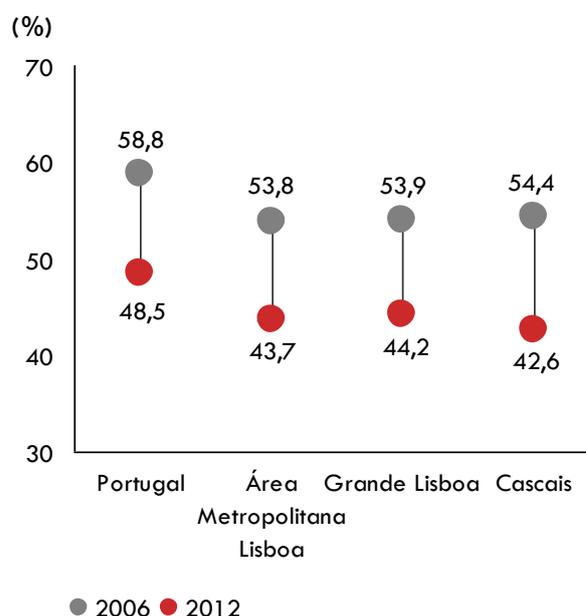
Cascais com a menor taxa de sobrevivência de empresas dois anos após início da atividade

A taxa de sobrevivência das empresas sediadas no concelho sofreu uma redução de quase 12% entre 2006 e 2012.

Em 2006, Cascais apresentava valores superiores aos da AML e da Grande Lisboa, embora 4,4% abaixo da média nacional. Apesar da tendência de quebra ter sido transversal a todas as unidades, a registada em Cascais foi a mais elevada.

Deste modo, a taxa de sobrevivência a dois anos das empresas do concelho apresentava, em 2012, o valor mais reduzido, com 42,6%, mais de 1% abaixo do valor registado na Área Metropolitana de Lisboa.

O número de empresas com sede no concelho sofreu também uma quebra de 7,3%, passando das 27.138 em 2006 para as 25.282. Ainda assim, para este período foi a diminuição mais reduzida no conjunto de unidades em análise, ficando abaixo da média nacional (diminuição de 7,6%).



[Taxa de sobrevivência das empresas dois anos após início da atividade em 2006 e em 2012, INE]

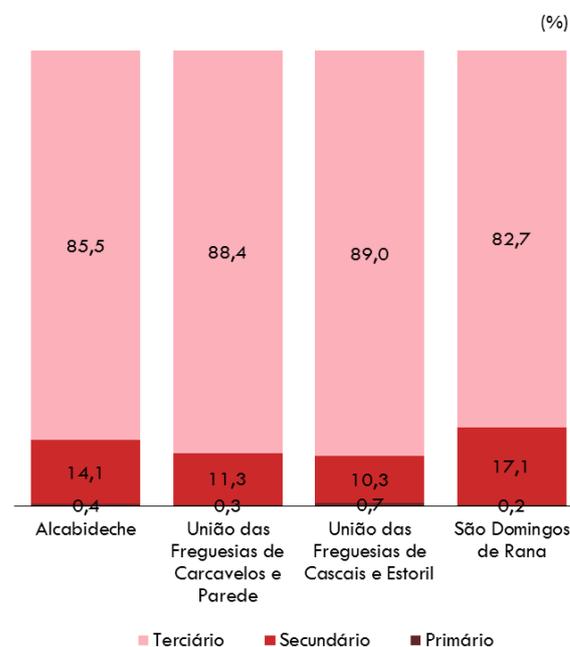
Terciarização da economia visível na estrutura do emprego

A população residente empregada no concelho era de 89.934 pessoas, em 2011 (88% da população economicamente ativa). Aproximadamente 71 mil empregados trabalhavam por conta de outrem. A terciarização da economia está patente na repartição de empregados por sector de atividade: 0,4% no primário, 13,3% no secundário e 86,3% terciário.

Nas Uniões de Freguesias de Carcavelos e Parede e Cascais e Estoril a proporção de empregados no terciário era mais significativa, atingindo os 22.673 trabalhadores na segunda freguesia.

A população economicamente ativa empregada no setor primário era incipiente, ascendendo apenas a 336 residentes, maioritariamente na União das Freguesias de Cascais e Estoril, eventualmente devido à proximidade à faixa costeira e à relevância da pesca neste sector.

São Domingos de Rana registava o valor mais relevante de empregados no setor secundário, pouco acima dos 17%, refletindo uma maior relevância da atividade industrial.



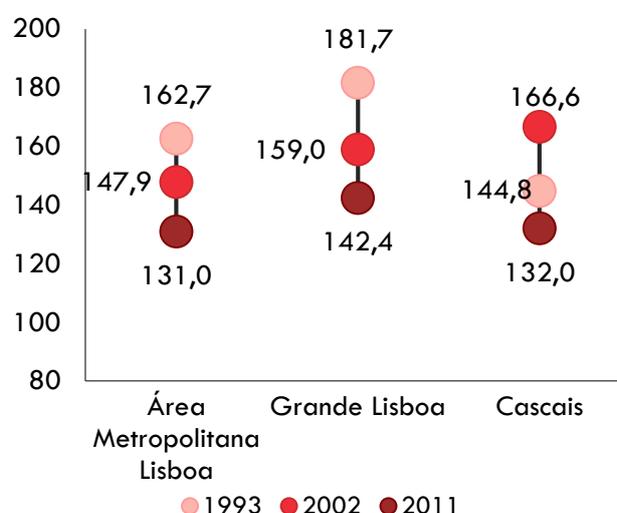
[População residente empregada, por ramo de atividade em 2011, INE]

Poder de compra *per capita* acima da média nacional (PT=100), mas abaixo do registado na Grande Lisboa

O poder de compra *per capita* do concelho de Cascais apresentou uma evolução negativa entre 2002 e 2011 (166,63, em 2002; 132,01, em 2011), tal como o observado na AML e na Grande Lisboa. Ainda assim, foi a descida mais acentuada (de 166,6 para 132), afastando-se do poder de compra *per capita* registado para a Grande Lisboa (142,4).

Relativamente à AML, Cascais apresentava, em 2002, um valor claramente superior, enquanto em 2011, a diferença era pouco significativa (131 para 132, respetivamente).

Todas as unidades territoriais registaram valores superiores à média nacional (valor de referência 100).



[Poder de compra *per capita* em 1993, 2002 e 2011, INE]

A maioria das mulheres tem como principal suporte financeiro os rendimentos provenientes do trabalho

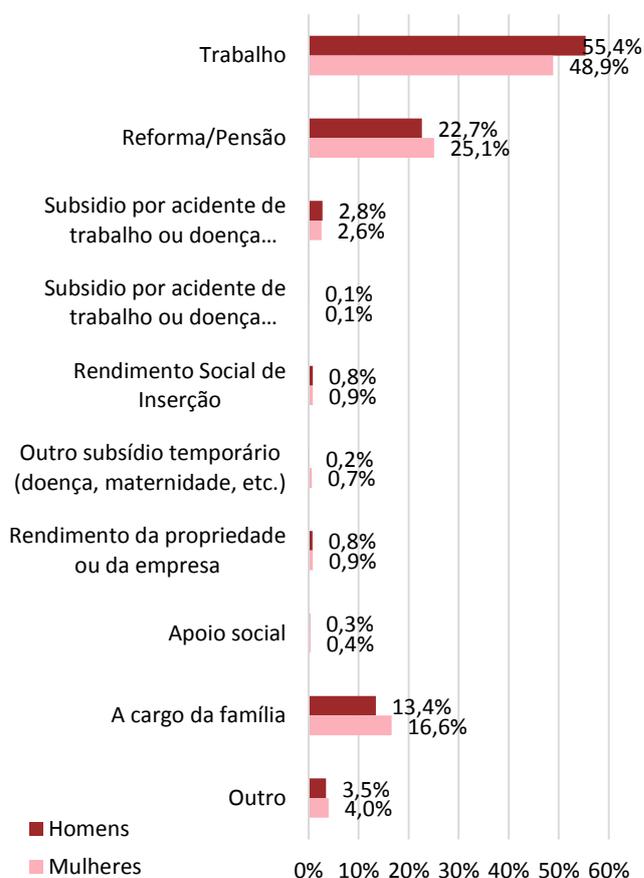
Ao nível concelhio, a maioria das mulheres (48,9%) tinha, em 2011, como principal suporte financeiro os rendimentos provenientes do trabalho. Ainda assim, a proporção de mulheres cujo principal rendimento provém do trabalho é inferior em mais de 6% ao valor registado para os homens (55,4%).

A reforma ou pensão era o segundo meio de vida mais comum para pouco mais de 25% das mulheres, ao passo que apenas 22,7% dos homens tem os rendimentos dessa tipologia como principal suporte financeiro.

Realce-se a proporção significativa de mulheres a cargo de família, que ultrapassava os 16%, sendo que no caso dos homens esse valor se situava nos 13,4%.

O subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional era também o principal meio de vida para 2,6% das mulheres e 2,8% dos homens.

As restantes categorias de rendimentos apresentam diferenças entre mulheres e homens menos significativas, ainda que se possa relevar a diferença registada entre mulheres e homens cujos principais rendimentos provêm de outros subsídios temporários (0,2% de homens e 0,7% de mulheres).



[Principal meio de vida das mulheres em 2011, INE]

II. SITUAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE CASCAIS

Lote 1. Recolha, tratamento e análise de dados quantitativos e qualitativos referentes à situação social

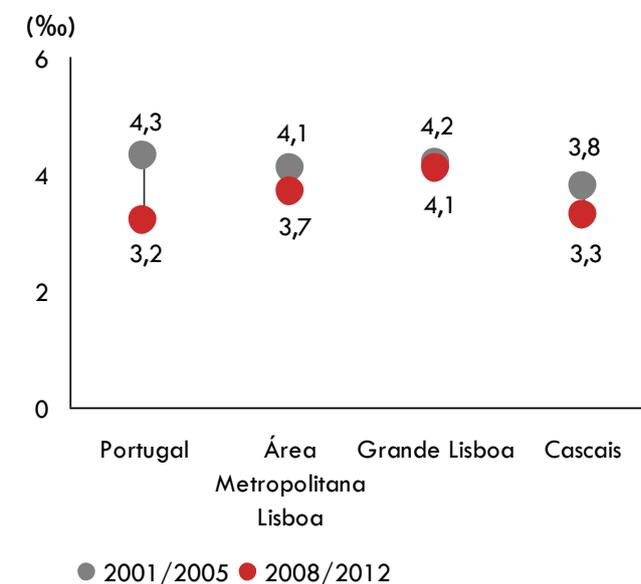
II.1. CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DOS “GRUPOS DE ANÁLISE”

II.1.1. Crianças e Jovens

Cascais apresenta uma taxa de mortalidade infantil mais baixa que a Grande Lisboa e a AML

A taxa de mortalidade infantil concelhia situou-se, entre 2001 e 2012, em valores inferiores aos verificados para a Grande Lisboa e para a AML, tendo ficado 0,1% acima do valor médio nacional no quinquénio 2008/2012.

Regista-se uma trajetória positiva na evolução do indicador nos últimos anos, à semelhança das restantes unidades territoriais em comparação, tendo-se situado, no conjunto dos anos compreendidos entre 2008 e 2012, nas 3,3 mortes de crianças com menos de 1 ano por cada 1.000.



[Taxa quinquenal de mortalidade infantil em 2001/05 e 2008/12, INE]

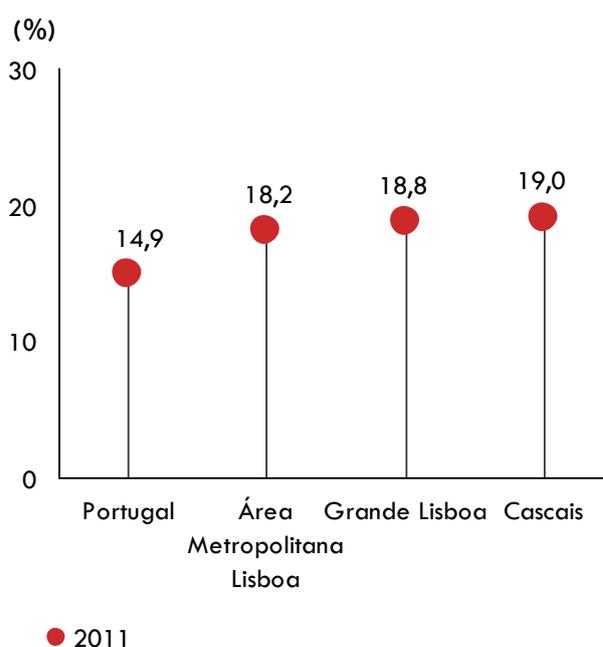
Famílias monoparentais com relevância crescente na estrutura familiar

O número de agregados familiares monoparentais sofreu em Cascais, à semelhança do verificado para o resto dos territórios em comparação, um aumento significativo durante o último período intercensitário.

Apesar do acréscimo concelhio (3,7%) ter sido superior ao da média nacional, (3,4%), ficou abaixo do crescimento registado para a Grande Lisboa e para a AML, que foi de 4,2% em ambos os casos.

Em 2011, a proporção de núcleos familiares monoparentais em Cascais era de 19%, ao passo que na AML e na Grande Lisboa estes núcleos familiares representavam 18,2% e 18,7%, respetivamente.

Não se observam diferenças relevantes no contexto intra concelhio, uma vez que os valores oscilam entre os 14% e os 15%.



[Proporção de núcleos familiares monoparentais compostos por pai ou mãe com filhos em 2011, INE]

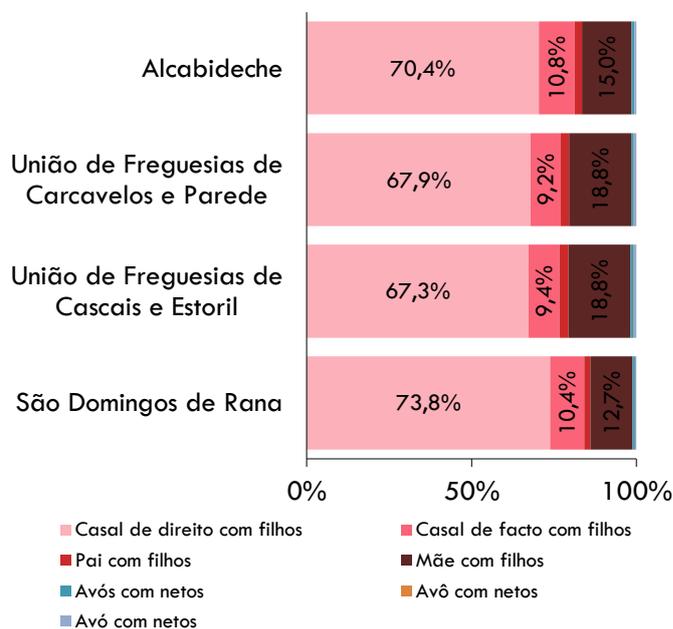
Tipologias de núcleos familiares com filhos solteiros com menos de 25 anos com algumas assimetrias internas

No contexto dos núcleos familiares com pelo menos 1 filho solteiro com menos de 25 anos de idade, a distribuição intra concelhia em 2011 apresentava algumas diferenças.

O casal de direito com filhos era a tipologia mais vulgar, com valores situados entre os 67,3% (União das Freguesias de Cascais e Estoril) e os 73,8% (São Domingos de Rana).

A monoparentalidade feminina ocupa a segunda posição em todas as freguesias, oscilando entre os 18,8% nas Uniões de Freguesias e os 12,7% de São Domingos de Rana.

O casal de facto com filhos é a tipologia familiar que ocupava a 3.ª posição, tendo o seu valor mais elevado na freguesia de Alcabideche, com 10,8%. As famílias compostas por pai com filhos não ultrapassavam os 2,8% registados na União de Freguesias de Cascais e Estoril.



[Tipologias de núcleos familiares com filhos ou netos em 2011, INE]

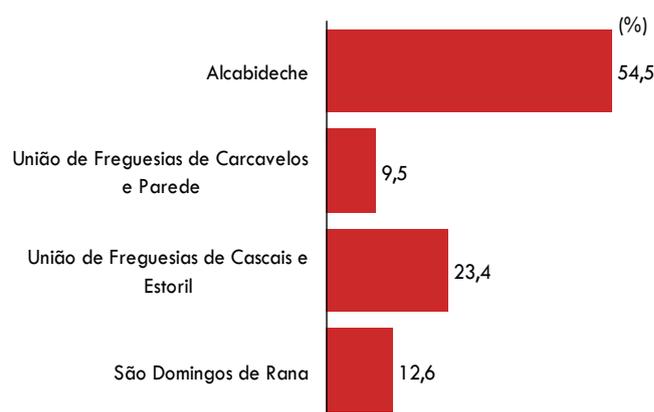
Crianças e jovens em famílias institucionais com distribuição intra concelhia heterogénea

Em 2011, eram 796 as crianças e jovens com idades até aos 24 anos que se encontravam em famílias institucionais (conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objetivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo).

Mais de 50% destas crianças e jovens encontrava-se na freguesia de Alcabideche, o que representa uma distribuição desequilibrada dos indivíduos enquadrados nesta tipologia familiar.

Em segundo lugar, encontrava-se a União de Freguesias de Cascais e Estoril, com 23,4% das crianças e jovens do concelho enquadradas nesta tipologia.

A União de Freguesias de Carcavelos e Parede era a unidade territorial com menor incidência de jovens nesta situação com cerca de 10%. Esta distribuição ilustra uma forte polarização da freguesia de Alcabideche.



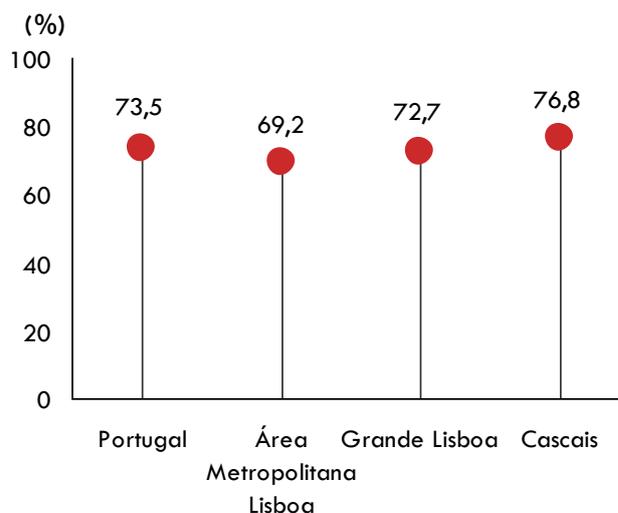
[Crianças e jovens com idade até aos 24 anos em famílias institucionais em 2011, INE]

A maioria das crianças do concelho entre os 3 e os 5 anos frequenta a educação pré-escolar

Dados do último ano censitário indicam que um número significativo das crianças com idades entre os 3 e os 5 anos frequentava o ensino pré-escolar.

Em Cascais, esse valor era de 76,8%, o mais elevado do conjunto territorial em análise. A média nacional era ligeiramente inferior, situando-se nos 73,5%. Abaixo deste valor, surgiam a AML e a Grande Lisboa, com 69,2% e 72,7% respetivamente.

Esta situação permite concluir que a maioria das crianças com esta idade tem acesso às infraestruturas educativas.



● 2011

[Proporção das crianças com idade entre os 3 e os 5 anos a frequentar a educação pré-escolar em 2011, INE]

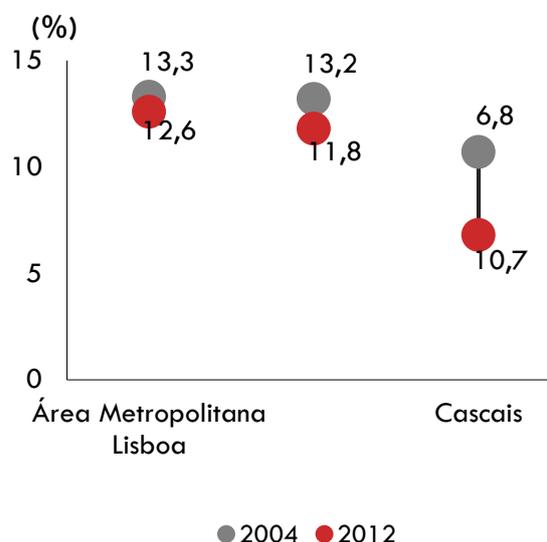
II.1.2. Mulheres

Disparidade no ganho médio mensal entre sexos menos significativa em Cascais

A divergência no ganho médio mensal entre homens e mulheres apresenta uma evolução indefinida.

Apesar de Cascais apresentar o valor mais reduzido do conjunto em análise (6,8%, em 2012) e de ter registado uma evolução positiva entre 2004 e 2011, baixando dos 10,7% para os 6,8%, em 2012, a disparidade média subiu 0,5%.

Igual situação sucedeu na AML que após, ter reduzido de 13,3% para 12,4% em igual período, registou uma subida, ainda que ténue, de 0,2% em 2012.



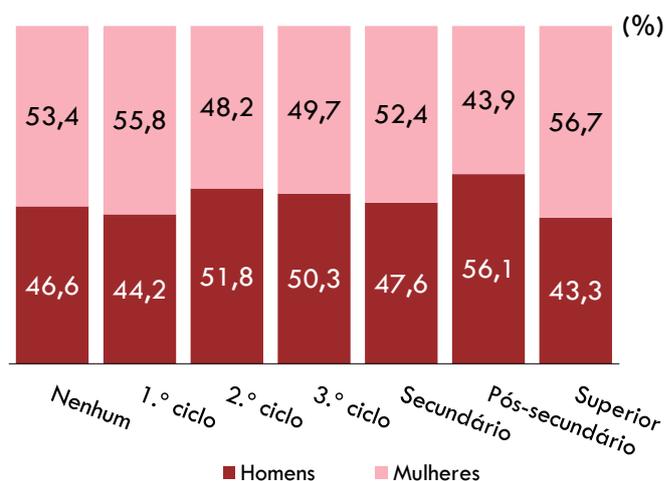
[Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos) da população empregada por conta de outrem em 2004 e em 2012, INE]

Mulheres apresentam um perfil de qualificações tendencialmente superior

A estrutura de qualificações desagregada por género evidenciava, em 2011, algumas diferenças relativamente aos níveis de escolaridade.

A proporção de mulheres que concluiu o ensino superior e o ensino secundário era superior à dos homens em todas as freguesias. Em São Domingos de Rana, mais de 60% dos diplomados do ensino superior eram do sexo feminino.

No ensino secundário, observava-se um maior equilíbrio, embora também se deva relevar que, em todas as freguesias, existiam mais mulheres sem qualquer nível de educação concluído que homens.



[Repartição dos níveis de ensino concluídos pela população residente por género em 2011, INE]

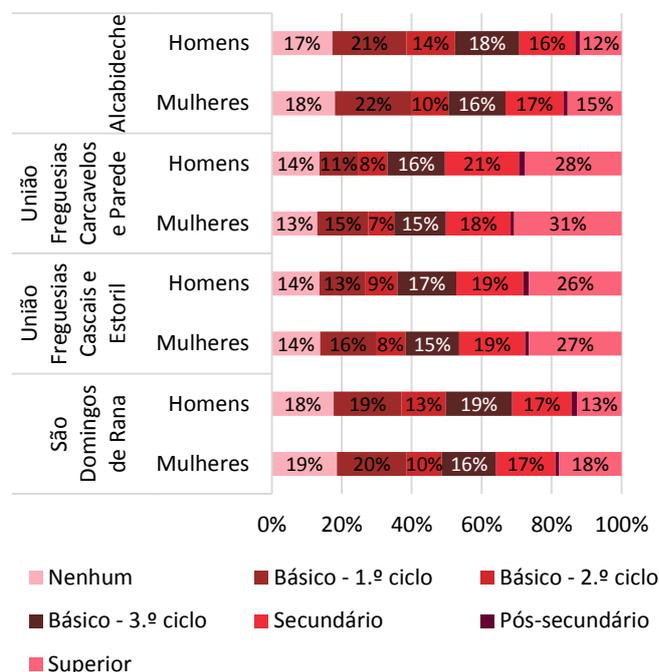
Distribuição das qualificações das mulheres com algumas assimetrias internas

A desagregação dos dados relativos ao grau de qualificações ao nível das freguesias permite identificar algumas assimetrias.

Ainda que em todas as freguesias o número de mulheres com o ensino superior seja mais elevado que o dos homens, nas Uniões de Freguesias a proporção de mulheres com formação superior é bastante superior. Na União de Freguesias de Carcavelos e Parede esse valor é de 31%, bastante acima dos 15% registados em Alcabideche.

É também na União de Freguesias de Carcavelos e da Parede que o número de mulheres sem formação é mais reduzido, situando-se nos 13% (14% para os homens). Já no caso de São Domingos de Rana, esse valor atinge os 19%.

Na sua globalidade, o perfil de qualificações das mulheres apresenta níveis superiores nas Uniões de Freguesias.

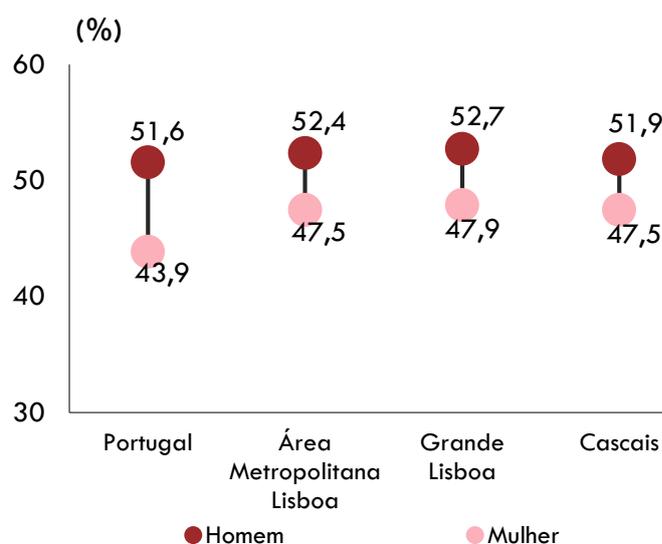


[Repartição dos níveis de ensino concluídos pela população residente por género e por freguesia em 2011, INE]

Taxa de atividade apresenta ligeira assimetria entre géneros em Cascais

A taxa de atividade feminina era, em 2011, inferior à do sexo masculino. Esta diferença era bastante significativa à escala nacional, com a taxa de atividade feminina a situar-se nos 43,9% (face a 51,6% da masculina).

Na AML e na Grande Lisboa, as diferenças seriam menos acentuadas, situando-se nos 4,9%. No concelho de Cascais, a diferença era a mais reduzida das quatro unidades territoriais em comparação, já que a taxa de atividade feminina era de 47,5% e a taxa de atividade masculina situava-se nos 51,9%, o que representa uma diferença de 4,4%.



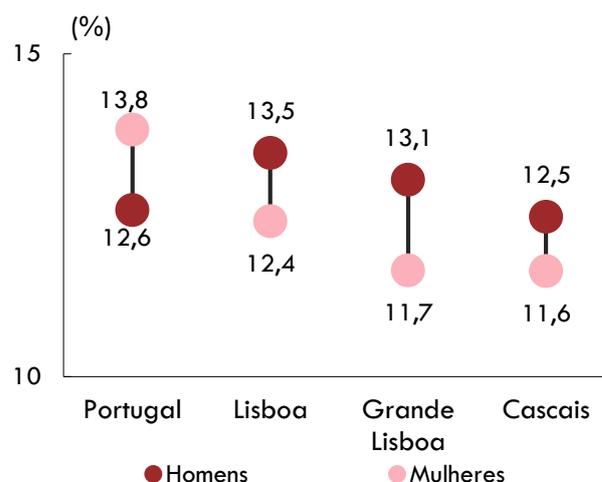
[Taxa de atividade por género em 2011, INE]

Taxa de desemprego feminino concelhia inferior ao valor médio nacional

Ao nível nacional a taxa de desemprego feminino era, em 2011, superior em cerca de 1,3% à taxa de desemprego masculino.

Porém, à escala regional, essa situação invertia-se. Na Grande Lisboa, a taxa de desemprego feminino era mais reduzida em 1,4% face à masculina. Em Cascais, a diferença entre homens e mulheres desempregados situava-se em 0,8% a favor das mulheres.

Do conjunto em análise, era em Cascais que a taxa de desemprego das mulheres era mais baixa, com 11,6%, valor semelhante ao da Grande Lisboa (11,7%).



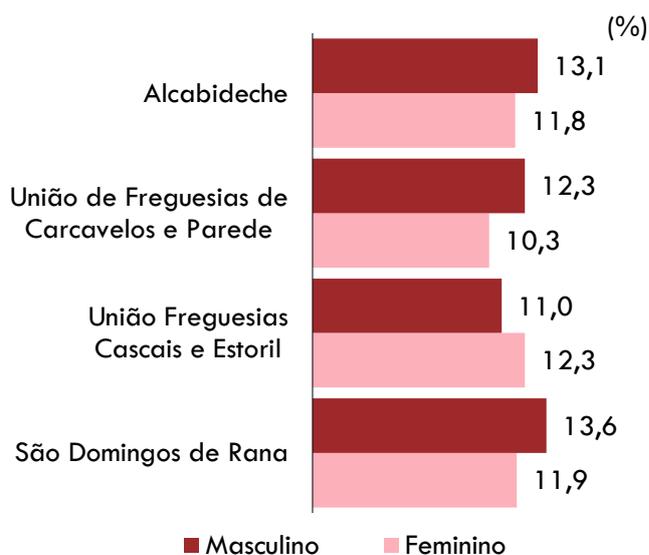
[Taxa de desemprego feminino e masculino em 2011, INE]

Taxa de desemprego feminino com diferenças intra concelhias

Ao nível intra concelhio a taxa de desemprego feminino apresentava, em 2011, algumas assimetrias.

A União das Freguesias de Carcavelos e Parede tinha o valor mais baixo, com 10,3%, sendo que o valor da taxa de desemprego masculino se situava nos 12,3%. No extremo oposto, encontrava-se a União de Freguesias de Cascais e Estoril, com 12,3%, sendo a única freguesia em que a taxa de desemprego feminino é superior à taxa de desemprego masculino, a mais baixa do concelho (11%).

Nas freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana, os valores eram próximos dos 12% e no caso dos homens os valores superavam os 13%.



[Taxa de desemprego feminino em 2011, INE]

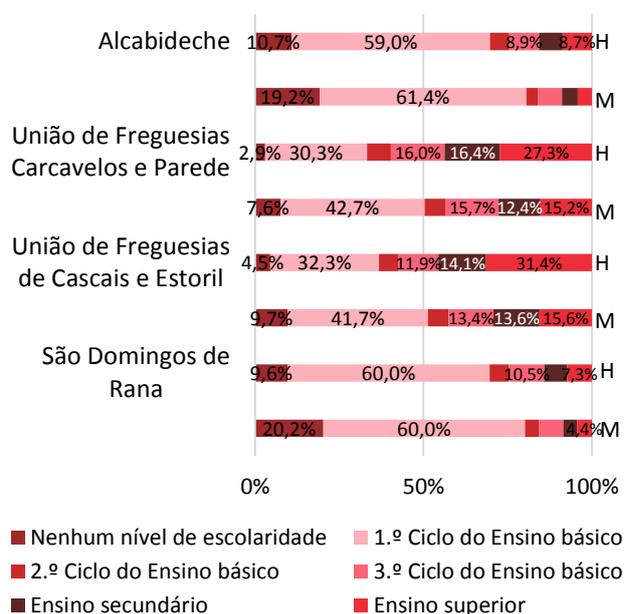
II.1.3. Pessoas Idosas

O perfil de qualificações da população idosa de Cascais apresentava, em 2011, várias diferenças entre freguesias.

Destaque-se a elevada proporção de indivíduos com o ensino superior na União de Freguesias de Carcavelos e Parede e na União de Freguesias de Cascais e Estoril, ultrapassando, os 15% no caso das mulheres e atingindo mais de 25% e 30% no caso dos homens respetivamente. É também nestas Uniões de Freguesias, que o ensino secundário tem maior preponderância. No caso das mulheres o valor era de 12,4% e 13,6% em Carcavelos e Parede e Cascais e Estoril, respetivamente. Já os homens oscilavam entre os 16,4% e 14,1%.

Em Alcabideche e em São Domingos de Rana dominavam os níveis de ensino mais baixos, sendo de relevar a proporção de mulheres sem qualquer nível de ensino a rondar os 20% em ambas as freguesias. O 1.º ciclo do ensino básico é o grau de ensino dominante na globalidade da população idosa em todas as freguesias.

Perfil de idosos com assimetrias intra concelhias



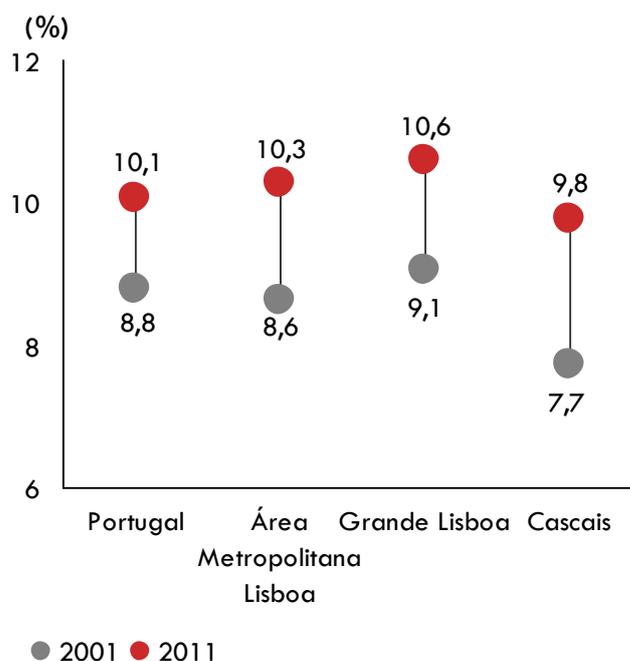
[Grau de ensino mais elevado concluído pela população idosa (≥ 65 anos) em 2011, INE]

Aumento da proporção de famílias clássicas unipessoais de idosos

O fenómeno do envelhecimento populacional tem reflexos na dimensão das várias tipologias familiares, sendo cada vez mais comuns os idosos que residem sozinhos.

Em Cascais, este fenómeno registou entre 2001 e 2011 um aumento de mais de 2%, o mais elevado do conjunto territorial em análise. Em 2001, as famílias clássicas unipessoais de idosos representavam pouco mais de 7% do total de famílias, enquanto, em 2011, esse valor subiu para perto de 10%.

Apesar desta tendência, Cascais apresentava a proporção mais baixa desta tipologia familiar em 2001 e 2011, registando-se na Grande Lisboa o valor mais significativo em ambos os períodos censitários.



[Proporção de famílias clássicas unipessoais com população idosa (≥ 65 anos) em 2001 e em 2011, INE]

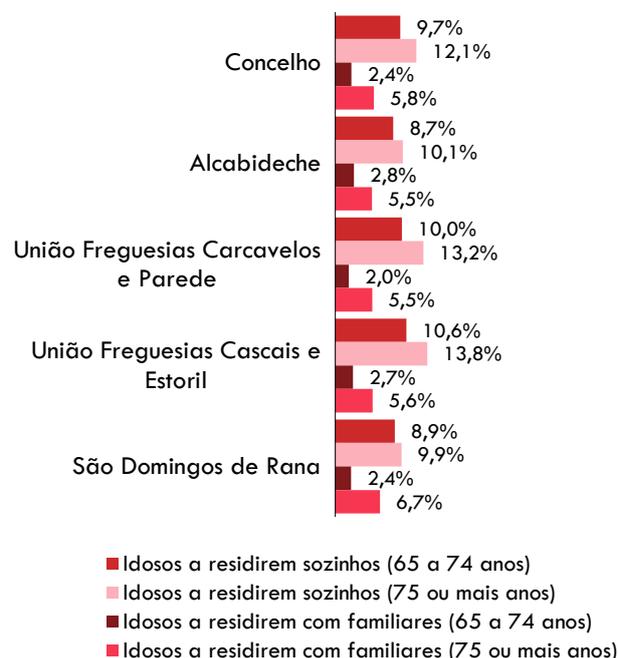
Proporção de idosos que residem sozinhos superior à que reside com familiares

O envelhecimento populacional obriga a uma resposta ativa da parte das políticas sociais, bem como das famílias.

Em 2011, 21,8% dos idosos do concelho residia sozinho, sendo que apenas 8,2% morava com familiares.

Atendendo à desagregação por idades, é notória uma maior preponderância dos idosos com 75 ou mais anos de idade que residem sozinhos, sendo essa a categoria mais comum em todas as freguesias.

No contexto geral, a proporção de idosos que residem sozinhos é superior aos idosos que residem com familiares, independentemente do escalão etário.



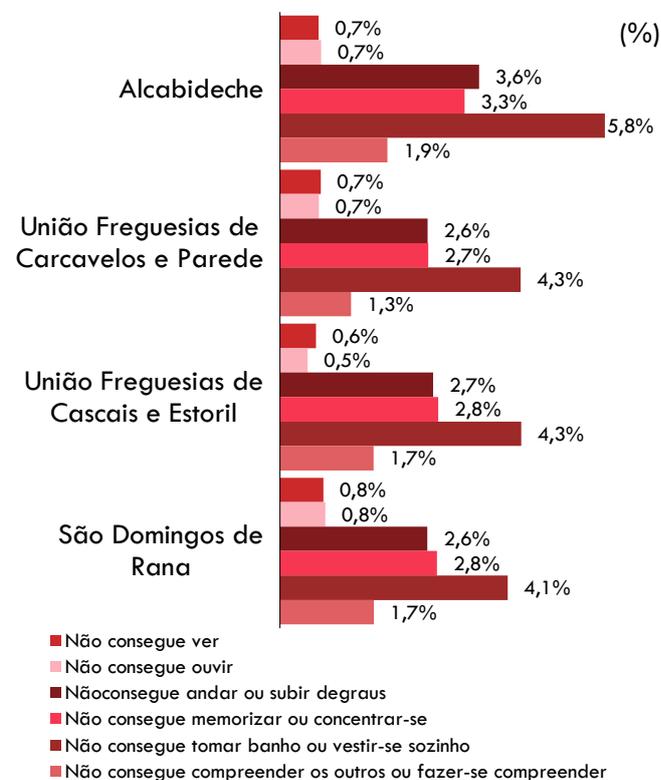
[Proporção de idosos a residir sozinhos e a residir com familiares em 2011, INE]

Idosos de Cascais com maior autonomia que o valor médio nacional

Aos grupos etários mais envelhecidos são tradicionalmente associadas condicionantes à sua autonomia que importa abordar.

De acordo com a informação dos Censos, era na freguesia de Alcabideche que se encontrava a maior proporção de idosos incapazes de andar ou subir degraus (3,6%) e de tomar banho ou vestirem-se sozinhos (5,8%). As incapacidades associadas à visão e à audição são as que têm menor preponderância nas várias freguesias. Pelo contrário, a incapacidade de tomar banho ou de vestir-se sozinho é a que apresenta maior impacto em todos os territórios.

A percentagem de idosos em Cascais incapazes de andar ou subir degraus (2,8%) e de tomar banho ou vestirem-se sozinhos (4,5%) era mais baixa que a média nacional (4,1% e 4,7%, respetivamente) o que aponta para um prolongar da capacidade autónoma destes indivíduos no concelho.



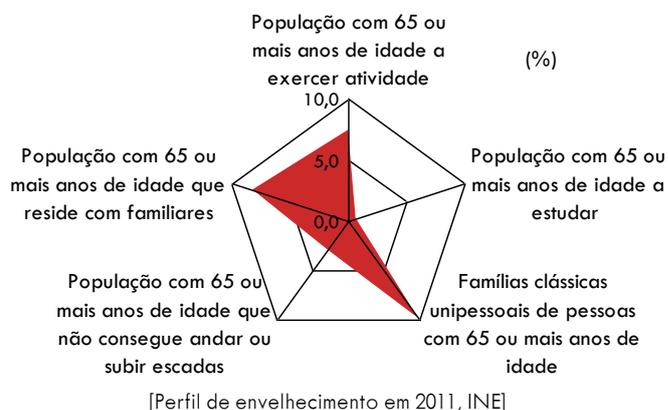
[População idosa com reduzida autonomia em 2011, INE]

Perfil de envelhecimento caracterizado pela autonomia dos idosos

A evolução demográfica tem provocado alterações no perfil de envelhecimento dos territórios.

O aumento da esperança média de vida tem sido um dos principais contributos para esta evolução. Como consequência, verifica-se um aumento da longevidade dos idosos que se pode refletir no prolongar da sua vida ativa. Em 2011, em Cascais, 7,5% das pessoas com mais de 65 anos, exercia ainda uma atividade e 0,6% encontrava-se a estudar.

Porém, é também possível identificar algumas características associadas ao envelhecimento. Parte significativa da população idosa residia sozinha (9,8%) e cerca de 8% fá-lo-ia com familiares. A isto deve acrescentar-se o facto de cerca de 3% da população com mais de 65 anos não ser capaz de subir escadas o que configura uma situação de alguma dependência, ainda que a proporção da população idosa com esta dificuldade seja algo reduzida.



II.1.4. Pessoas com Deficiência³

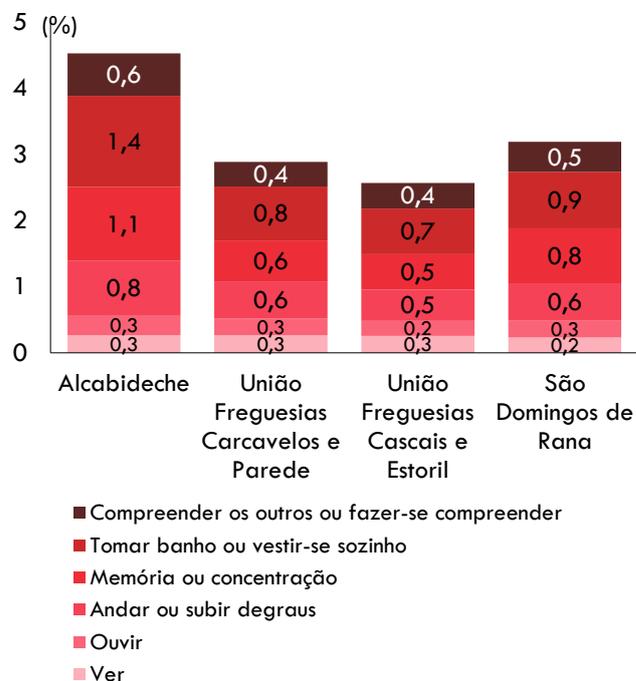
Principais tipologias de dificuldades da população associadas às atividades de rotina diária

As principais dificuldades da população residente em Cascais que, em 2011, não conseguia realizar determinada ação estão relacionadas com as atividades de vida diária, nomeadamente a higiene pessoal (1,1%), a capacidade para andar ou subir degraus (0,7%), bem como dificuldades associadas à memória e à concentração (0,9%).

Em termos intra concelhios, era na freguesia de Alcabideche que se registava maior proporção de pessoas com incapacidade para efetuar estas ações, facto que pode estar associado à localização do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão na freguesia.

Pelo contrário, na União de Freguesias de Cascais e Estoril era onde se encontrava a menor proporção de residentes afetados por estas dificuldades.

Esta análise permite identificar quais as freguesias onde existia maior número de indivíduos afetados por determinada incapacidade, bem como a sua dimensão relativa.



[Proporção da população com dificuldades que não conseguem realizar a ação em 2011, INE]

³ A análise desenvolvida neste relatório no âmbito do grupo de análise das pessoas com deficiência encontra-se condicionada pela existência e disponibilidade de informação estatística de base à escala municipal e das freguesias.

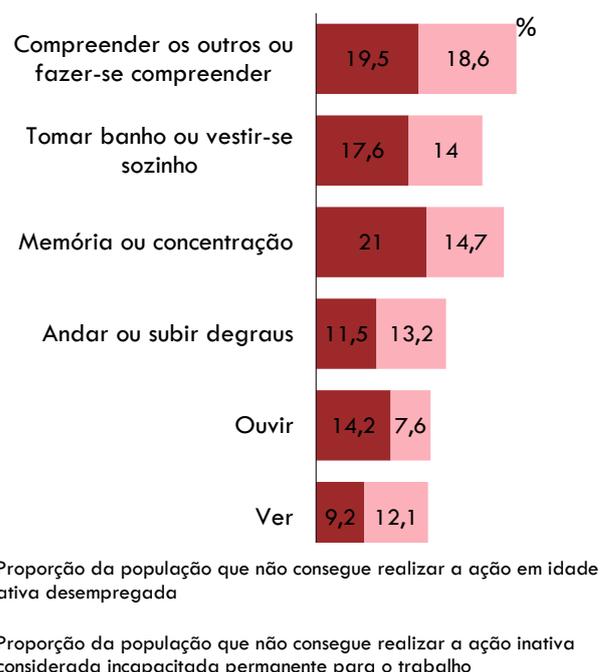
Neste contexto, considerando estas limitações e a definição de deficiência pelo INE que consiste na "perda ou anomalia de uma estrutura ou de uma função do corpo", foram utilizados dados relativos às dificuldades na execução de determinadas ações, nomeadamente, ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho e compreender os outros ou fazer-se compreender.

Desta forma, abordam-se algumas incapacidades que podem ser relacionadas com deficiências. Ainda que não coincidam em toda a amplitude com a noção de deficiência, contribuem para um diagnóstico preliminar das incapacidades que podem ser associadas a este grupo de análise.

Impossibilidade de realizar determinada ação com impactes diferenciados no emprego

Das dificuldades que afetavam, em 2011, os indivíduos residentes no concelho, aquela com maior proporção de inativos declarados incapacitados permanentes para o trabalho é a impossibilidade de compreender os outros, com uma taxa de 18,5%. Pelo contrário, os indivíduos que não conseguem ouvir são o grupo cuja proporção de inativos incapacitados permanentes para o trabalho era mais reduzida, situando-se nos 7,6%.

Ao nível do desemprego por dificuldade, as pessoas com incapacidade de memorização ou concentração eram as mais afetadas, com 21% destes indivíduos a não terem trabalho. A proporção de desempregados mais baixa de entre as várias tipologias identificadas encontrava-se nos indivíduos incapazes de ver com um valor na ordem dos 9%.



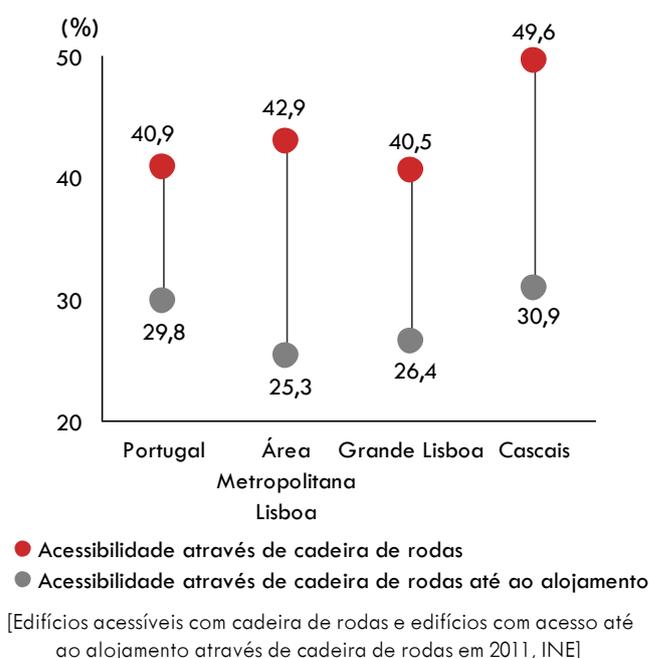
[Proporção das pessoas que não conseguem realizar a ação desempregadas ou inativas incapacitadas permanentes para o trabalho em 2011, INE]

Parque edificado e habitacional pouco preparado para situações de mobilidade condicionada

A mobilidade condicionada constitui um desafio para a gestão do espaço público e para a salvaguarda do direito à habitação e à prevenção de situações de isolamento e de exclusão.

À escala concelhia e em 2011, mais de 49% dos edifícios eram acessíveis através de cadeira de rodas. Este valor era bastante superior ao da média nacional (40,9%), da AML (42,9%) e da Grande Lisboa (40,5%).

Porém, a proporção de edifícios que possibilitavam um acesso independente até ao alojamento por parte de utilizadores de cadeiras de rodas era inferior, não atingindo os 31%. Ainda assim este valor era mais uma vez, superior ao registado para qualquer outra unidade territorial em comparação.



[Edifícios acessíveis com cadeira de rodas e edifícios com acesso até ao alojamento através de cadeira de rodas em 2011, INE]

II.1.5. Imigrantes e Minorias

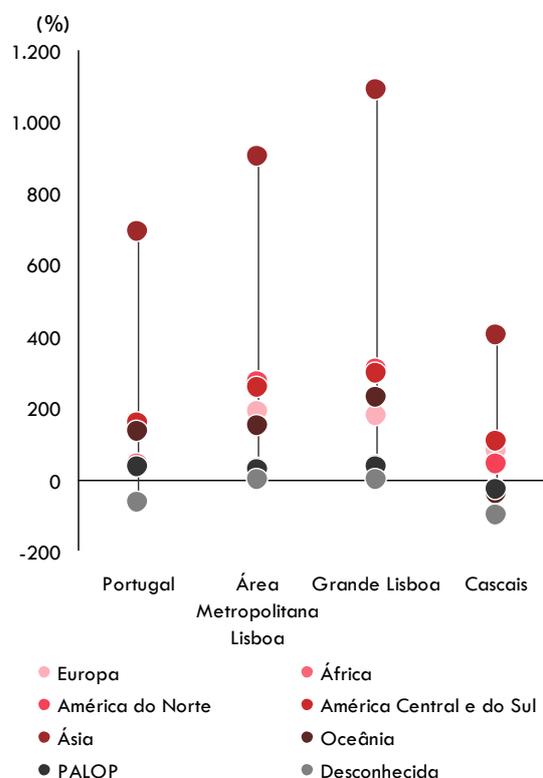
Aumento do número de solicitações para obtenção do estatuto de residente

O número de solicitações para a obtenção do estatuto de residente por parte da população estrangeira sofreu um aumento na ordem dos 61% entre 2003 e 2013. Este valor ficou bastante abaixo do registado para a Grande Lisboa (157%) e até para o resto do país (136%).

Ao nível concelhio, o grupo das nacionalidades dos PALOP e restantes países africanos registaram uma quebra significativa, na ordem dos 31%.

Já as nacionalidades da América central e do sul e asiáticas registaram um aumento considerável, de 107% e 404%, respetivamente.

Esta situação pode significar uma alteração na dinâmica migratória bem como no perfil das principais nacionalidades dos imigrantes que importa acompanhar no futuro.



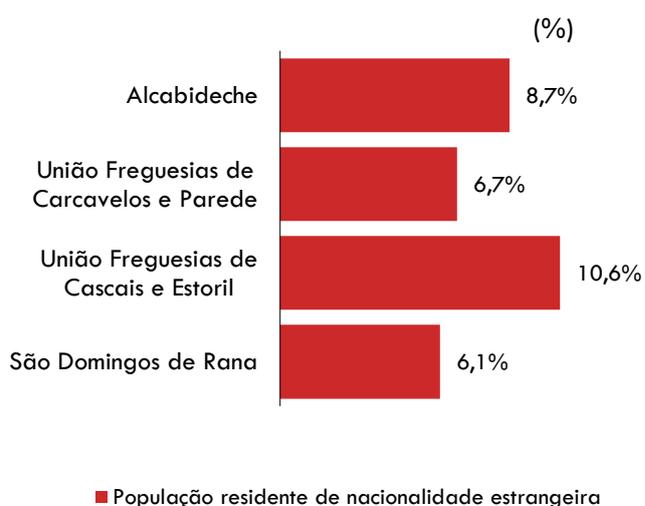
[Variação da população estrangeira que solicitou estatuto de residente entre 2003-2013, INE]

Proporção da população residente proveniente do estrangeiro com relevância significativa

À escala concelhia a proporção da população residente proveniente do estrangeiro era de 8%. A análise com base nas freguesias permite destacar uma distribuição heterogénea.

A União de Freguesias de Cascais e Estoril registava a maior proporção de residentes estrangeiros, ultrapassando os 10% da população total. Pelo contrário, São Domingos de Rana era a freguesia onde a proporção da população residente proveniente do estrangeiro era menos relevante, não ultrapassando os 6,1%.

A União de Freguesias de Carcavelos e Parede registava um valor de 6,7% e em Alcabideche a população estrangeira representava 8,7% do total de residentes.

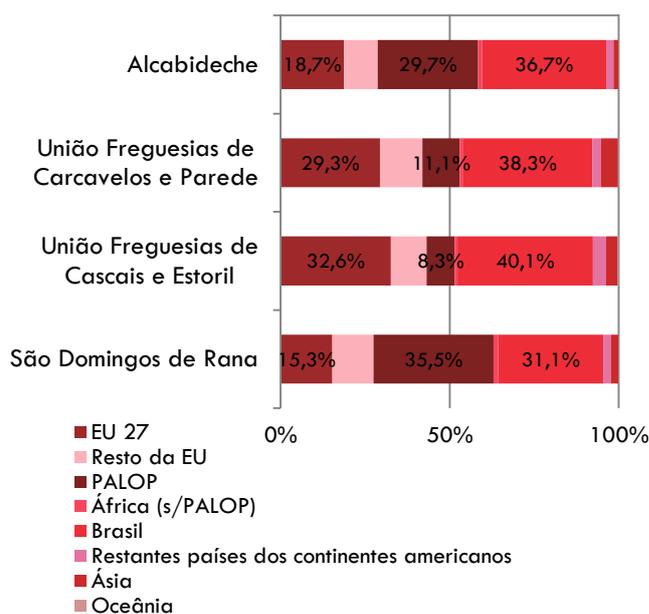


[População residente de nacionalidade estrangeira em 2011, INE]

Distribuição dos residentes de nacionalidades estrangeiras com assimetrias internas

A população de nacionalidade estrangeira apresentava, em 2011, uma distribuição algo heterogénea. A nacionalidade brasileira é a que assume maior dimensão relativa em todas as freguesias, atingindo o seu valor máximo na União de Freguesias de Cascais e Estoril com pouco mais de 40% do total de estrangeiros.

Os residentes provenientes dos PALOP têm uma dimensão considerável nas freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana representando 29,7% e 35,5%, respetivamente. Já nas Uniões de Freguesias de Carcavelos e Parede e Cascais e Estoril são as nacionalidades de países da Europa dos 27 que ocupam a segunda posição com 29,3% e 32,6%.



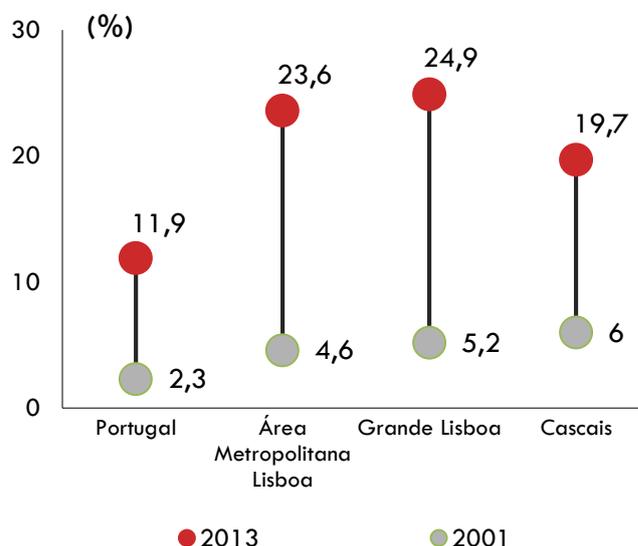
[População residente por grandes grupos de nacionalidades em 2011, INE]

Casamentos entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e estrangeira inferior aos valores regionais

Em 2013, a proporção de casamentos entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira situou-se, para o concelho, pouco abaixo dos 20%.

Este valor era bastante superior ao da média nacional, que se situou nos 11,9%. Ainda assim, fica abaixo da proporção registada para a AML e para a Grande Lisboa. Nestas unidades, os valores foram de 23,6% e 24,9%, respetivamente.

Comparativamente aos valores registados em 2001 deu-se um aumento bastante significativo em todas as unidades territoriais, que oscilavam entre os 2,3% ao nível nacional e os 6% de Cascais.



[Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira em 2001 e 2013, INE]

II.2. CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DAS “ÁREAS DE VIDA”

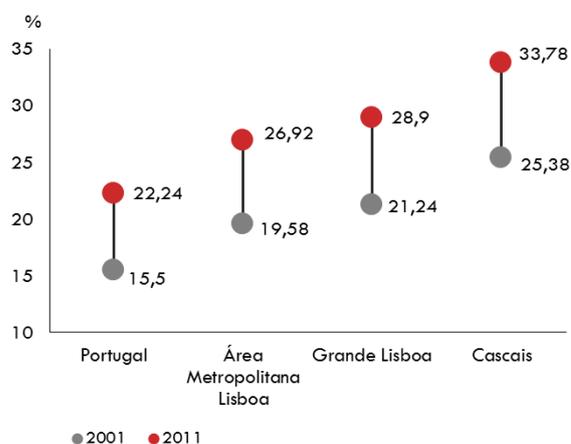
II.2.1. Emprego

Elevada relevância dos profissionais mais valorizados face aos valores médios regional e nacional

Os quadros superiores, da Administração Pública e das Empresas, e os profissionais com especialização em profissões intelectuais e científicas, englobados na Classificação Nacional de Profissões (CNP), grupo 1 ou 2, eram, em 2011, mais representativos em Cascais (33,8% face aos 28,9% da AML).

Globalmente, estes profissionais sofreram um incremento, embora em Cascais tenha sido mais expressivo (8,4% na década de referência).

Os trabalhadores não qualificados (CNP 9) cuja proporção no total de empregados era de 14,8%, em 2001, diminuíram para a sua representatividade (11,4%, em 2011).



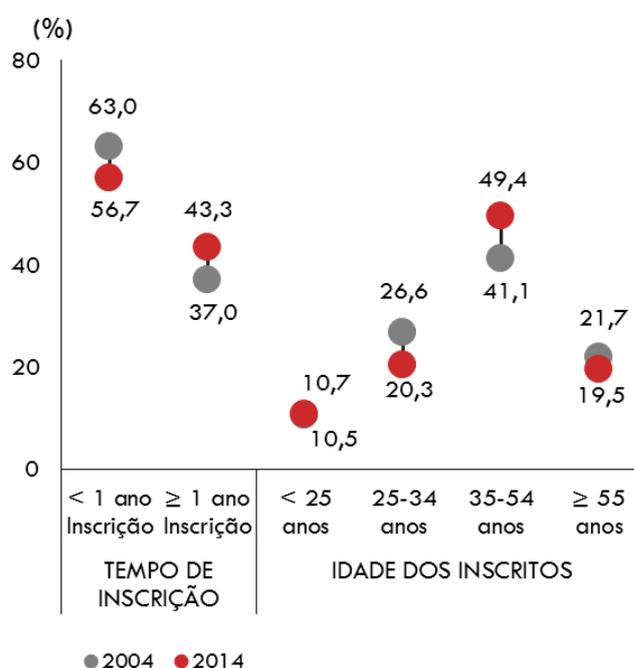
[Proporção de profissionais socialmente mais valorizados em 2001 e em 2011, INE]

Aumento generalizado do desemprego, mais significativo nos indivíduos do grupo etário dos 35 aos 54 anos

Em janeiro de 2014, encontravam-se 12.092 desempregados inscritos no Centro de Emprego de Cascais (em janeiro de 2004, seriam 7.651).

O grupo etário mais representativo, com cerca de 6 mil inscritos (49%), situa-se entre 35 anos e os 54 anos, que quase duplicaram na última década. A situação de procura de novo emprego (por oposição ao 1.º emprego) representa 92% do total. No perfil de qualificações dos inscritos, destaque para os 20% com nível de ensino superior e 34% com ensino secundário.

Para corroborar os dados anteriores, o indicador relativo aos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos, aumentou 4,1%, de 4,7%, em 2001, para 8,8% em 2013.



[População desempregada segundo o tempo de inscrição e a idade, em janeiro de 2004 e janeiro de 2014, IEFP]

Especialização do emprego no comércio e na reparação

A crise económica e financeira teve reflexos em Cascais também ao nível da diminuição do número de empresas e emprego. O quantitativo de pessoal ao serviço das empresas localizadas em Cascais diminuiu consideravelmente entre 2004-2012 (-2.834 pessoas). Mas se em setores como a construção e a indústria transformadora houve uma diminuição considerável do pessoal, atividades houve em que o emprego aumentou consideravelmente em valores absolutos: atividades administrativas, alojamento e restauração, atividades de saúde humana e água, saneamento e resíduos.

Os 62.450 trabalhadores contabilizados em 2012, distribuem-se maioritariamente pelas atividades do “comércio e reparação de veículos automóveis” (13.244 pessoas, 21% do total); alojamento e restauração (8.405 pessoas, 13,5% do total), em atividades de consultoria (6.376 pessoas, 10% do total) e atividades administrativas (6.277 pessoas, 10% do total).



[Pessoal ao serviço das empresas, por divisão da CAE em 2004 e em 2012 e variação 2004-2012, INE]

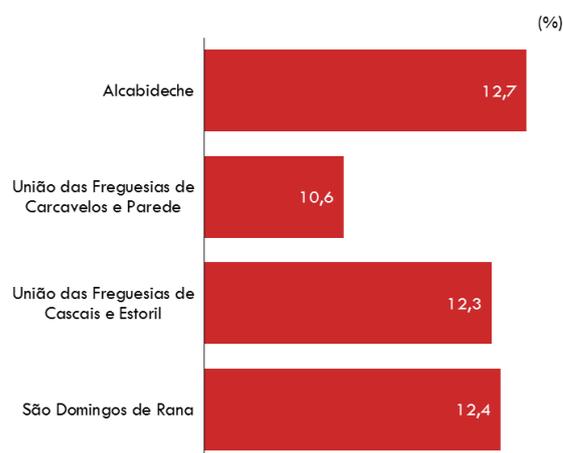
Maior concentração da população desempregada na União de Freguesias de Carcavelos e Parede

O aumento do desemprego é um fenómeno generalizado no contexto intra-concelhio. Em 2001, a taxa de desemprego de Cascais (sentido lato) era de 6,9%, enquanto em 2011, era de 12,1%.

Em São Domingos de Rana e Alcabideche, residiam, em 2011, 52% da população desempregada do município, atingindo taxas de desemprego de 12,4% e 12,7%, respetivamente.

Trata-se, principalmente, de população numa situação de procura de novo emprego (80%).

A taxa de desemprego masculina apresenta valores mais elevados que a feminina (12,5% e 11,6%, respetivamente).



[Taxa de desemprego em 2011, INE]

II.2.2. Rendimento

Presença de grupos e contextos propensos à exclusão social

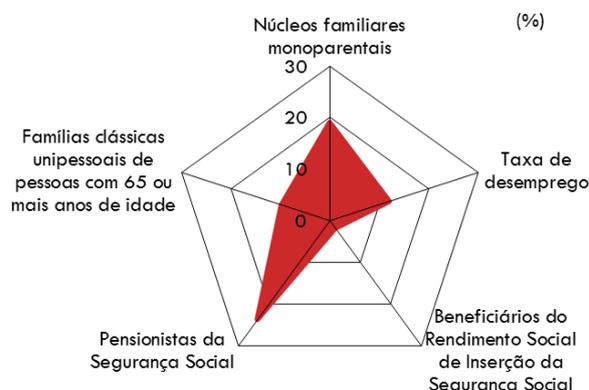
Contextos económicos e familiares suscetíveis de ocasionar situações de carência sócio económica e exclusão social podem ser encontrados no concelho, como as famílias monoparentais, os idosos que vivem sós, grupos globalmente com rendimentos reduzidos.

A proporção de núcleos familiares monoparentais era elevada (19,1%), em 2011, face aos 18,8% da AML e aos 14,9% que constituem a média nacional.

Por outro lado, a proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com ≥ 65 anos representava 9,87% no concelho.

Os beneficiários do RSI e os pensionistas da segurança social constituíam, respetivamente, 3% e 23% da população, em 2011.

A taxa de desemprego concelhia, embora menor que a da AML (12,4%), atingia os 12,% em 2011.



[Situações de exclusão social em 2011, INE]

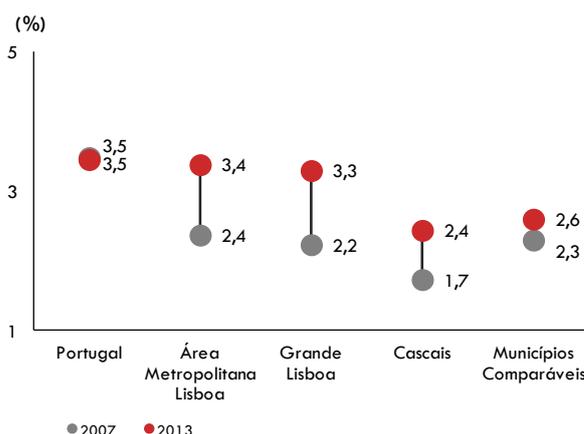
Incremento nos beneficiários do RSI, em linha com a tendência regional e nacional

O contexto económico e financeiro atual favorece o surgimento de situações de maior vulnerabilidade económica, onde se incluem os beneficiários do RSI.

Cascais passou de uma percentagem residual, de 1,8%, em 2007, para 2,4% em 2013.

O acréscimo de 0,6 pontos percentuais foi inferior à tendência registada na Grande Lisboa (1,1%) e na AML (1%).

Os municípios com um perfil socioeconómico semelhante ao de Cascais⁴ também viram aumentar número de beneficiários do RSI, sendo a sua proporção mais elevada, dois pontos percentuais, que em Cascais



[Proporção de beneficiários do rendimento social de inserção em 2007 e em 2013, INE]

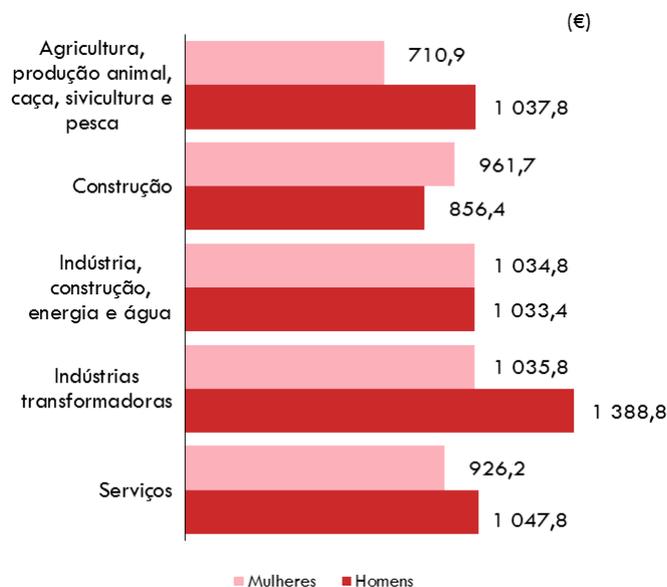
⁴ <http://www.portalmunicipal.pt/>

Desigualdade nas remunerações em função do setor de atividade

A desigualdade entre homens e mulheres no que respeita aos salários auferidos é uma realidade, embora a disparidade tenda a diminuir. Em 2002, a diferença média era de 154,1 €, enquanto em 2012 passou a ser de 110,7 €.

Em 2012, a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem do sexo feminino ascendia a 933,6 €, enquanto a masculina era de 1.044,3 €.

Para mulheres e homens, os valores remuneratórios-base mais altos são obtidos na indústria transformadora (1.035,8 €, para as mulheres e 1.388,8 €, no caso dos homens), sendo também neste setor que se verifica a maior disparidade (353€ mensais, 25%).

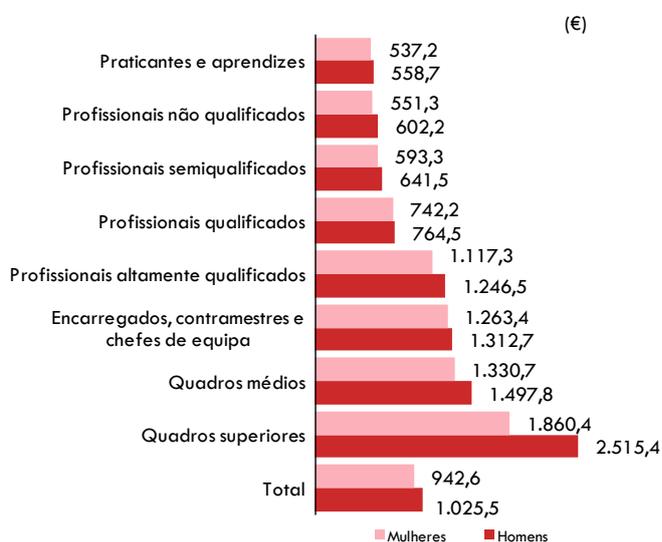


[Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem em 2012, PORDATA]

Desigualdade nas remunerações em função dos níveis de qualificação e do género

Para mulheres e homens, os valores remuneratórios-base mais altos são obtidos pelos quadros superiores, sendo neste nível de qualificação que surgem as maiores desigualdades salariais (655 €).

Em 2002, a diferença média da remuneração base mensal, entre homens e mulheres, era de 154,1 €, diminuindo para 110,7 €, em 2012 e para 82,9€, em 2013.



[Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de qualificação em 2013, PORDATA]

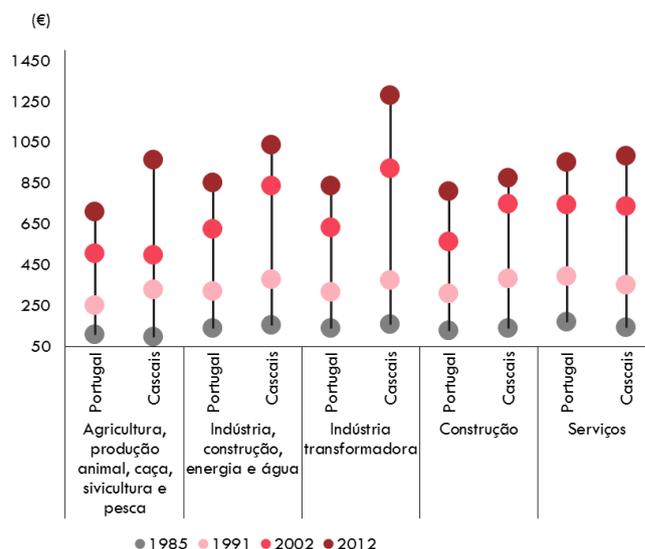
Evolução positiva da remuneração dos TCO e situação favorável no contexto nacional

Independentemente das diferenças intra concehlias e das disparidades setoriais e de género, os trabalhadores de Cascais encontram-se numa situação remuneratória bastante favorável no contexto nacional.

As maiores diferenças existiam na Indústria, onde, em 2012, se atingiram os valores salariais mais elevados: 1.277€ na “transformadora” e 1.034€ na “construção, energia e água”, em 2012, quando a média nacional é inferior a 850€ nestes dois setores.

Contudo, a maior variação observada ocorreu na agricultura, que partiu de um valor de base extremamente baixo (95 €, em 1985, para 961 € em 2012).

Apesar da evolução favorável das remunerações auferidas, verifica-se que o Índice de Poder de Compra (Ipc) diminuiu nos últimos anos, apresentando um valor de 166,63, em 2002, e de 132,01, em 2011, embora Cascais apresente um Ipc acima da média nacional.



[Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem⁵ em 1985, em 1991, em 2002 e em 2012, PORDATA]

⁵ Trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa. No que respeita à administração central, regional e local e aos institutos públicos inclui apenas os trabalhadores em regime jurídico de contrato individual de trabalho.

II.2.3. Habitação, Urbanismo e Acessibilidades

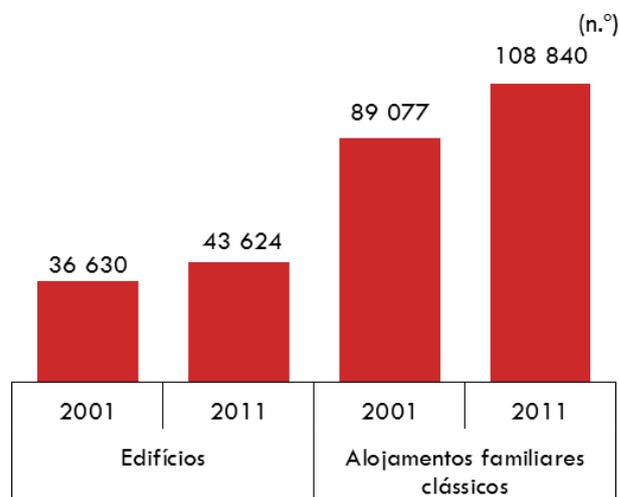
Acréscimo do parque edificado, atestando do dinamismo do setor da construção/imobiliário

O parque habitacional de Cascais integrava, em 2011, 43.624 edifícios e 108.840 alojamentos de habitação familiar clássica.

Os alojamentos não clássicos (barracas, móveis, improvisados) contabilizados eram 158. Estes dados não traduzem, todavia, situações ilegais, como os anexos, que têm vindo a ganhar importância no concelho.

O forte dinamismo da atividade da construção e do mercado imobiliário concelhio está patente no crescimento do número de edifícios e do número de alojamentos em 19 e 22%, respetivamente, durante o último período intercensitário.

O crescimento do parque habitacional foi concordante com o crescimento populacional, que foi de 21%, durante o mesmo período.



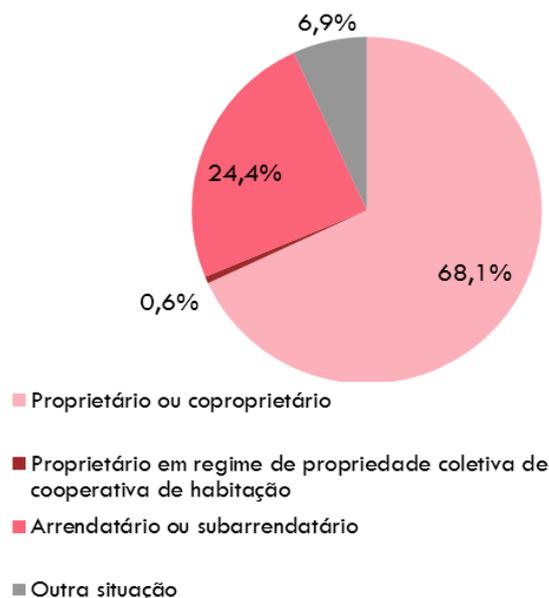
[Parque habitacional em 2001 e em 2011, INE]

Predominância de proprietários ou coproprietários na ocupação dos alojamentos familiares

A ocupação dos alojamentos é realizada maioritariamente pelo proprietário ou coproprietário, mantendo-se a disposição das décadas anteriores.

Os alojamentos ocupados pelo proprietário representavam, em 2011, 68,1% do total, assemelhando-se ao comportamento da Grande Lisboa (66,8%), mas um valor inferior ao verificado para o total do país (73,2%).

Todavia, em Cascais o maior dinamismo do mercado de arrendamento é notório. Os alojamentos arrendados representavam 24,4% do total de alojamentos ocupados. A importância destes era bastante superior quando comparado com o conjunto do país (19,9%).



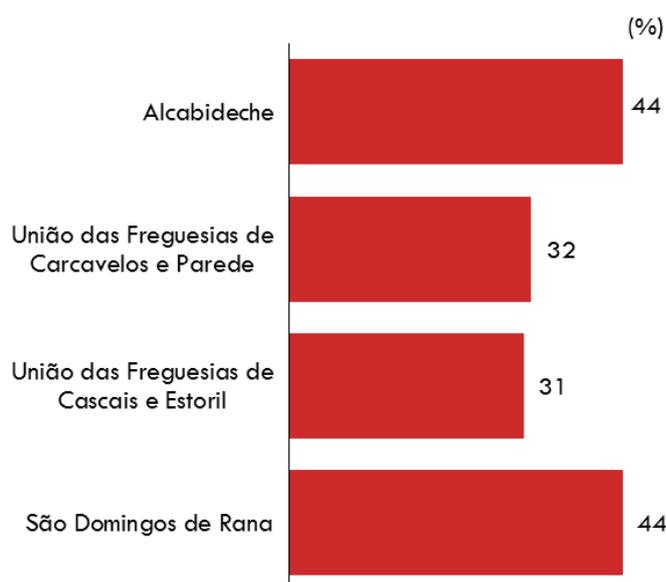
[Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, segundo o regime de ocupação em 2011, INE]

São Domingos de Rana e Alcabideche apresentaram maior dinamismo imobiliário

A evolução dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual teve uma variação de 32,5% entre 2001 e 2011.

A generalidade das freguesias observou um crescimento positivo destes alojamentos, que resultou num alargamento substancial do parque habitacional.

Porém, esta variação positiva foi mais intensa em Alcabideche e em São Domingos de Rana, que correspondem às freguesias que experimentaram um maior crescimento populacional no último período intercensitário.



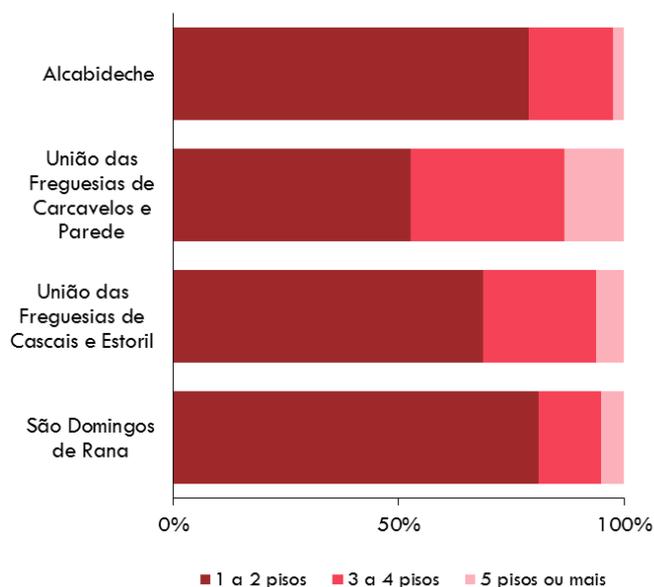
[Variação dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual em 2001 e em 2011, INE]

Os edifícios com um ou dois pisos (31.457) representavam, em 2011, 72% dos edifícios do concelho.

Isoladamente, os edifícios de dois pisos correspondiam a 45% do total do edificado, prevalecendo em todas as freguesias.

A construção em altura era mais evidente nas freguesias do litoral: União das Freguesias de Carcavelos e Parede tinham uma tipologia de edifícios em que 13,2% do total tem cinco ou mais pisos.

Predominância dos edifícios térreos



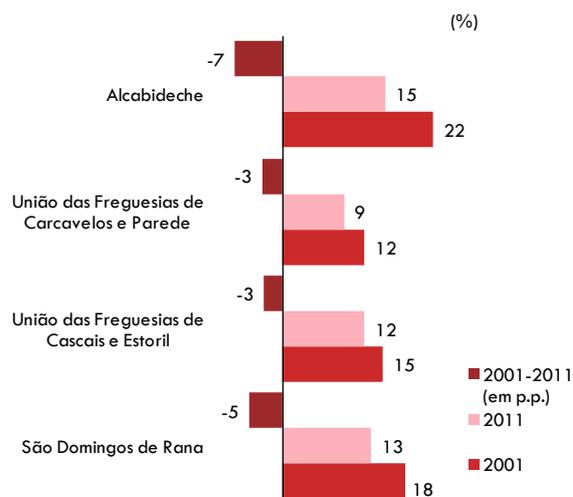
[Edifícios segundo o número de pisos em 2011, INE]

Alojamentos sobrelotados com assimetrias na distribuição intra concelhia

No que se refere aos alojamentos sobrelotados (com uma ou mais divisões em falta), seriam cerca de 10.000 em 2001, correspondendo a uma importância percentual de 12,1%. Em Alcabideche, concentravam-se 2.345 destes alojamentos (proporção de 15,4%). Face a 2001, houve uma diminuição dos alojamentos sobrelotados (3,8%), verificando-se que o maior decréscimo teve lugar na freguesia de Alcabideche.

Cascais apresentava, em 2011, um total de 13.684 alojamentos vagos (12,6% dos alojamentos familiares clássicos). Releve-se, nesta leitura, a freguesia da União das Freguesias de Cascais e Estoril, onde representavam 16,5% do total.

Observa-se um desajustamento entre oferta e procura em termos intra concelhios e, apesar da existência de alojamentos desocupados, o acesso é condicionado por fatores como o preço.



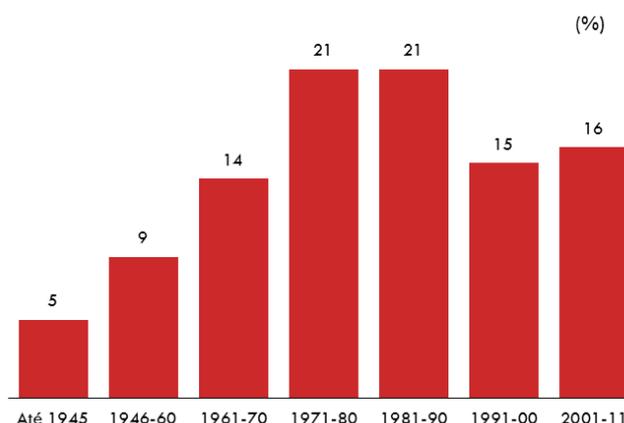
[Proporção de alojamentos familiares clássicos sobrelotados em 2001 e 2011, variação dos alojamentos sobrelotados, INE]

Intensidade de construção diminuiu face às décadas de 70 e de 80, embora se mantenha elevada

As décadas de 70 e 80 constituíram o período de maior dinamismo de construção, tendo desacelerado posteriormente.

O parque habitacional concelhio é dos mais jovens ao nível regional. O índice de envelhecimento dos edifícios era de, 2011, de 86,7 (224,8 na AML).

Este valor reduzido é reflexo da construção recente do parque habitacional das freguesias de São Domingos de Rana e de Alcabideche, onde estes índices são de 37,5 e 66,2, respetivamente.

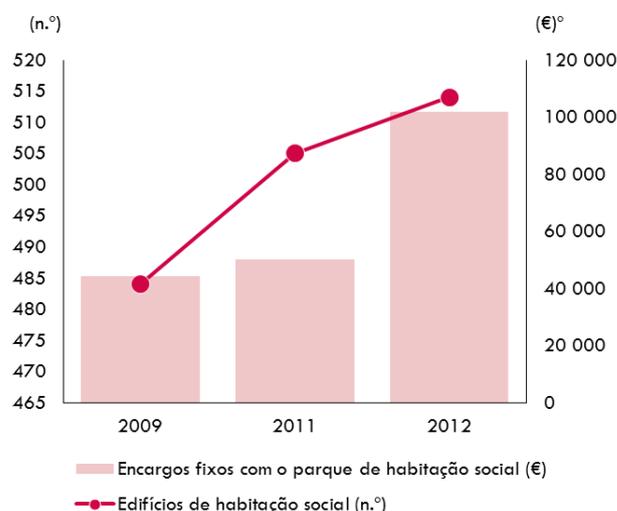


[Edifícios por época de construção, INE]

Habitação social alvo de investimentos municipais significativos

O município tinha a seu cargo, em 2012, a gestão de um parque de habitação social composto por 2.325 fogos, divididos por 514 edifícios. A maioria dos fogos destinam-se a habitação social para arrendamento (2.238). O valor médio das rendas dos contratos de arrendamento era de 80 €.

Em junho de 2014, a CMC, por via da Cascais Envolvente, mantinha 2.246 contratos ativos em 42 bairros, abrangendo 9.149 pessoas (2.246 agregados).



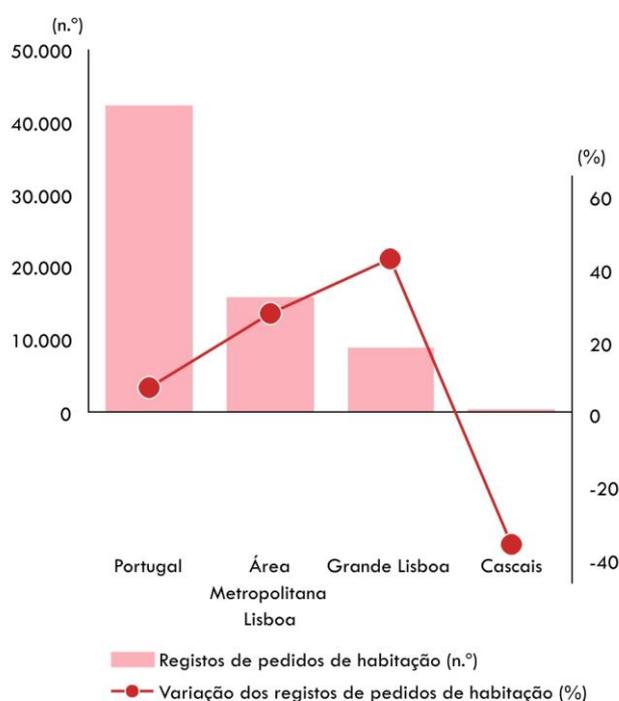
[Edifícios e encargos fixos com o parque de habitação social em 2009, em 2011 e em 2012, INE]

Diminuição dos pedidos de habitação, em contraciclo com as restantes unidades territoriais

Entre 2009 e 2011 ocorreu, em Portugal, um aumento de 7,4% no número de pedidos de habitação, dos 39.331 para os 42.248. Na Área Metropolitana de Lisboa e, especialmente na Grande Lisboa, esse aumento foi ainda mais significativo, tendo-se situado nos 27,8% e nos 43,1%, respetivamente.

Porém, em Cascais, observou-se uma diminuição relevante deste número de pedidos, dos 530 para os 341 em igual período, representando uma diminuição de 35,7%.

Esta dinâmica apresenta-se contrária à verificada nas unidades territoriais em comparação, embora esta evolução esteja fortemente dependente dos processos e calendarização dos concursos de acesso à habitação o que pode ajudar a justificar a evolução registada.



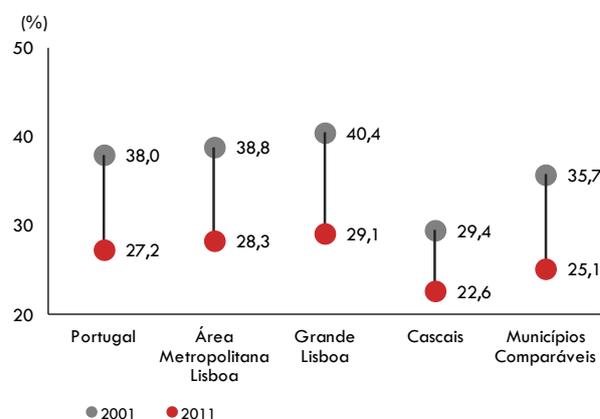
[Registo de pedidos de habitação 2011 e variação 2009-2011, INE]

Cascais destaca-se positivamente quanto ao estado de conservação do edificado

O estado de conservação dos edifícios é globalmente bom, sendo que os edifícios que apresentavam, em 2011, necessidades de reparação representavam apenas 22,6% do total, tendo decrescido 6,8% durante o período intercensitário 2001-2011.

Os edifícios com necessidades de reparação assumem uma importância menor comparativamente às médias regional, nacional e face ao conjunto dos municípios comparáveis.

No contexto da AML, Cascais destacava-se, em 2011, por registar o valor mais baixo no que se refere à proporção de edifícios muito degradados (0,7%).



[Edifícios com necessidade de reparação em 2001 e em 2011, INE]

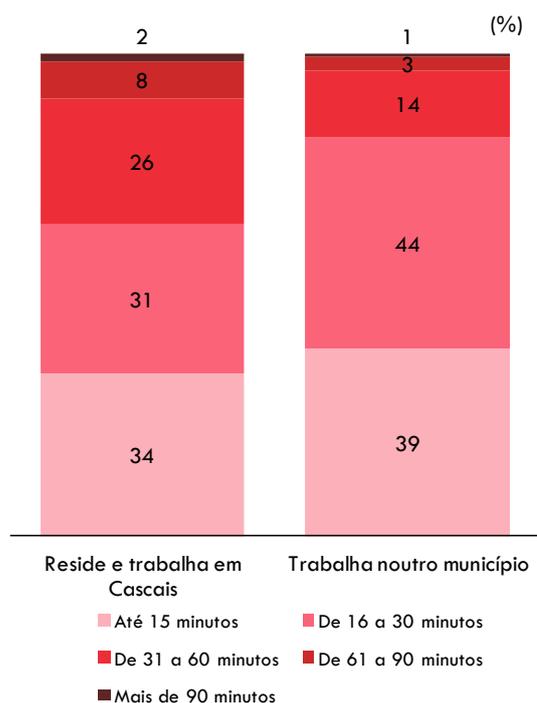
Trajetos casa-trabalho com duração superior nas deslocações intra concelhias

A duração dos trajetos casa/trabalho é reveladora da robustez da base económica, da qualidade dos acessos ao concelho e da mobilidade intra concelhia.

Em 2011, cerca de 1/3 da população residente a exercer uma profissão, demorava cerca de 15 minutos a chegar ao local de trabalho (independentemente do local de emprego se situar em Cascais ou fora do município).

De notar que as deslocações intra concelhias se apresentam mais morosas: as deslocações com duração superior a 30 minutos representam 36% do total, enquanto nas deslocações para fora do concelho este valor é de 18%.

Em 2011, a proporção de população residente empregada que utilizava mais do que um meio de transporte nas deslocações pendulares era de 19,32% (23,34% na Grande Lisboa). No caso dos estudantes o valor é de 21,70% (22,01% na Grande Lisboa).



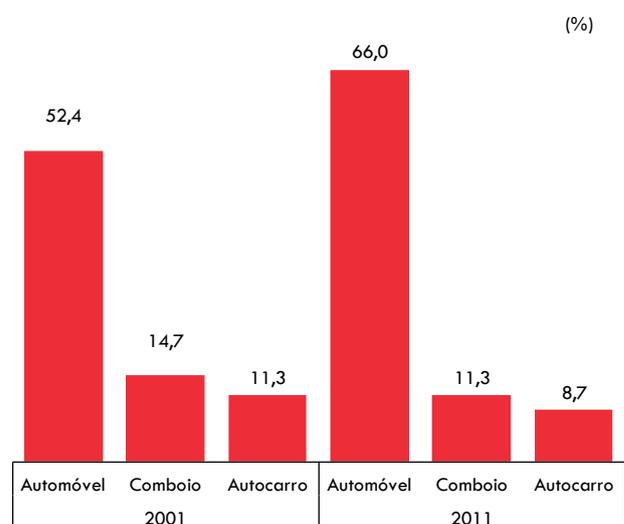
[População residente segundo a duração do trajeto residência/local de trabalho, em 2011, INE]

Crescimento na utilização do automóvel como meio de transporte

O automóvel é o meio de transporte utilizado por 66% da população residente em Cascais nas deslocações casa/trabalho ou casa/local de estudo. O crescimento da utilização deste meio de transporte na última década foi de 13,6%.

O recurso a transportes coletivos, designadamente o comboio ou o autocarro, perdeu importância: em 2001 o comboio era utilizado por 14,7% da população (em 2011 passou para 11,3%); o autocarro era utilizado por 11,3% das deslocações em 2001 (8,7% em 2011). Apesar do decréscimo, o comboio continua a assumir grande importância para os residentes nas freguesias de UF Cascais e Estoril e U.F. de Carcavelos e Parede (13,0 e 16,7%, respetivamente, em 2011), diretamente servidas pela Linha de Cascais.

A importância dos restantes meios de transporte diminuiu (21,6%, em 2001; 13,9%, em 2011).



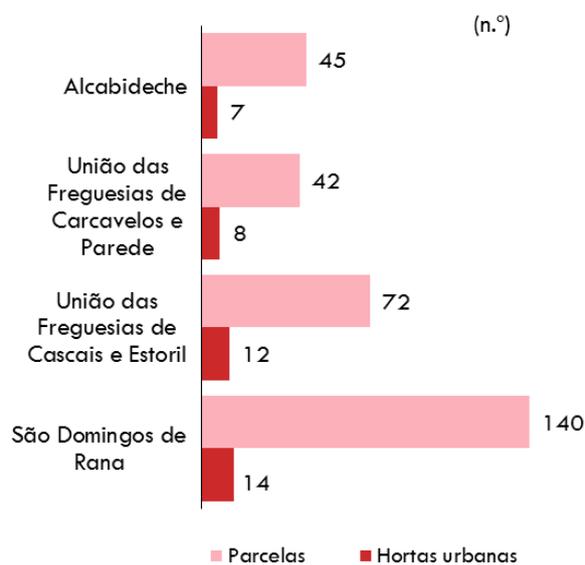
[Meios de transporte mais utilizados nos movimentos pendulares em Cascais, 2001 e 2011, INE]

II.2.4. Consumo/Alimentação

As hortas espontâneas, que constituem espaços não planeados surgidos em terrenos expectantes, são uma realidade em Cascais. As 41 hortas recenseadas pela autarquia⁶ ocupavam um total de 98.500m², subdividindo-se em cerca de três centenas de talhões. O maior número de hortas localiza-se nas freguesias de São Domingos de Rana e na União de Freguesias de Cascais e Estoril.

O Programa Hortas de Cascais, criado para potenciar a qualidade de vida dos cidadãos e a qualidade ambiental do território através da atividade hortícola tem contribuído para a promoção da agricultura biológica e da alimentação saudável, existindo já 9 hortas comunitárias (2014), das quais beneficiam 182 agregados familiares, estando em lista de espera cerca de 1.400 famílias (novembro de 2014).

Relevância das hortas urbanas de génese espontânea

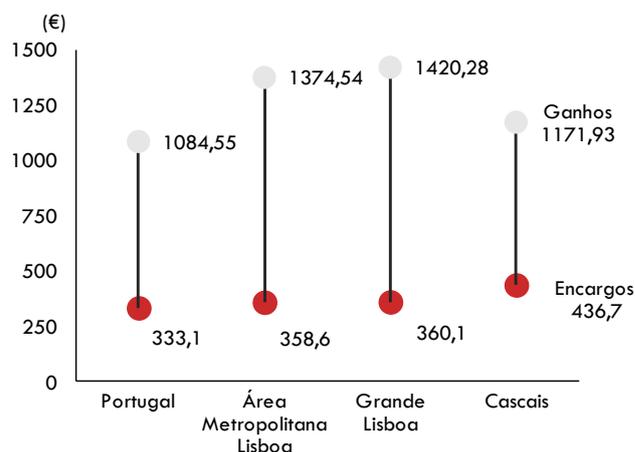


[Hortas Urbanas de génese espontânea em 2007, CMC]

Elevados custos com a habitação potenciam situações de exclusão social

Os encargos médios mensais com aquisição ou arrendamento de habitação ascendiam, em 2011, a cerca de 437 € em Cascais, quando o valor médio nacional seria, no mesmo ano, de 333 €. Refira-se que, no mesmo ano, o ganho médio mensal⁷ era de 1.171,93€, em Cascais, sendo a unidade territorial com o menor diferencial entre encargos e ganhos.

O preço da aquisição e arrendamento de habitação torna-se um entrave no acesso à habitação. Apesar de existir um elevado número de alojamentos vagos, (13.684, em 2011), o seu custo poderá não ser globalmente acessível para algumas famílias, levando-as a procurar outras soluções, nomeadamente a habitação social, bem como respostas informais como os anexos ou os quartos.



[Encargos médios mensais com aquisição ou arrendamento de habitação e ganhos médios mensais, em 2011, INE]

⁶ Levantamento realizado no âmbito do Programa Hortas de Cascais (2007)

⁷ Quadros de Pessoal; os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.

II.2.5. Educação

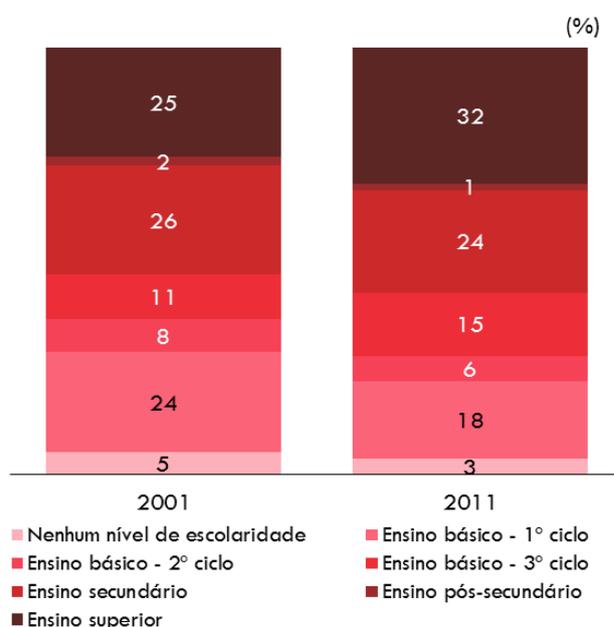
Acentuado aumento dos níveis de qualificação da população em idade ativa

No último período intercensitário, observou-se uma melhoria sustentada dos níveis de qualificação da população ativa residente em Cascais.

Comparativamente aos contextos nacional e regional, os níveis de qualificação são elevados, destacando-se a maior importância do ensino superior, com mais 7% da população ativa em 2011 face a 2001.

Em 2011, a proporção da população residente com, pelo menos, o 3.º ciclo do ensino básico completo era de 68% (49,6%, em Portugal) e 50,2% tinha pelo menos o ensino secundário completo (31,7%, em Portugal). No que se refere ao ensino superior, a população com idades entre os 30 e 34 anos, com curso superior atingia os 42% (em termos nacionais, este indicador representaria 28,6%).

De acordo com os Censos de 2011, a estrutura de qualificações da população em idade ativa apresentava-se robusta: a população com o ensino básico representava 39%; com o ensino secundário e pós secundário 25%, e com o ensino superior, 32%.

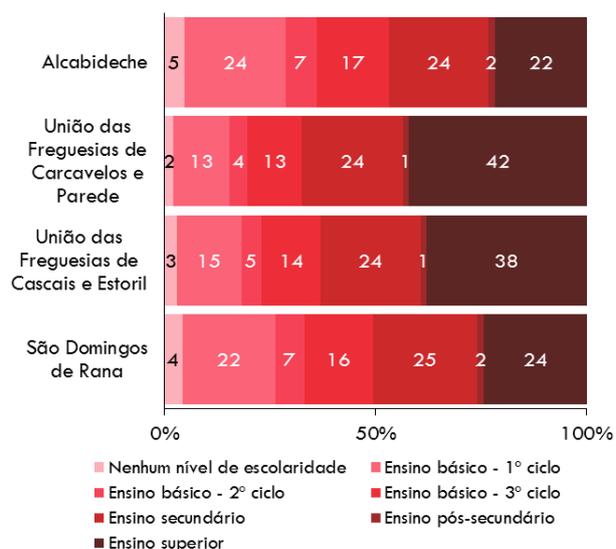


[População residente com 15 e mais anos de idade, segundo o nível de escolaridade em 2001 e em 2011 (%), INE]

Níveis de qualificação da população ativa diferenciados no contexto intra concelhio

Uma análise mais fina à escala da freguesia permite distinguir aquelas em que, em 2011, a população ativa possuía qualificações mais ou menos elevadas.

As diferenças mais significativas verificam-se na base e no topo da estrutura de qualificações, sendo que os ativos sem qualquer nível de ensino e com apenas o 1.º ciclo do ensino básico eram mais representativos nas freguesias de Alcabideche e de São Domingos de Rana e os ativos com ensino superior seriam mais importantes na União das Freguesias de Carcavelos e Parede e na União das Freguesias de Cascais e Estoril.



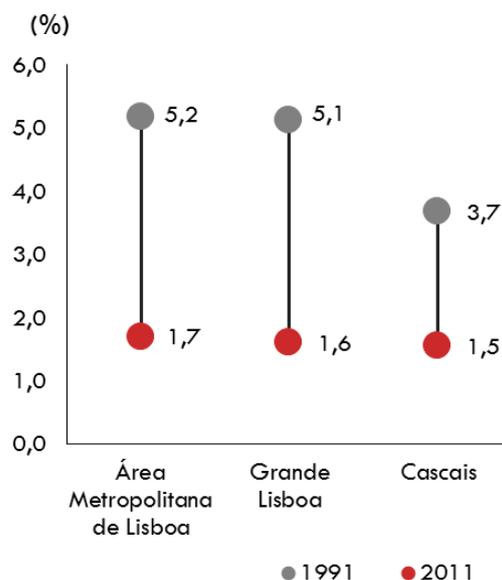
[População residente com 15 e mais anos de idade, segundo o nível de escolaridade em 2011, INE]

Evolução positiva da taxa de abandono escolar

A taxa de abandono escolar concelhia apresentava, em 2011, um valor incipiente, de 1,5%. O seu posicionamento no seio da AML (1,7%) e da Grande Lisboa (1,6%) seria favorável.

Este indicador tem evoluído positivamente (3,7%, em 1991 e 1,2%, em 2001), apresentado uma ligeira subida durante o último período intercensitário.

À escala da freguesia, observavam-se algumas diferenças, apresentando o valor mais significativo São Domingos de Rana. É nesta freguesia que se encontrava a percentagem mais elevada de população residente com idade entre 6 e 15 anos que não frequentava o sistema de ensino (1,8%).



[Taxa de abandono escolar em 1991 e em 2011, INE]

Oferta abrangente de equipamentos educativos

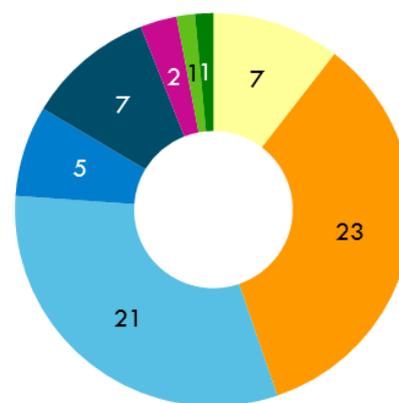
A oferta de equipamentos educativos da rede pública em Cascais abrange 67 equipamentos, existindo equipamentos dirigidos a todos os níveis de escolaridade.

O ensino pré-escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico constituem a maioria da oferta da rede pública (76%), que corresponde a 51 equipamentos.

O ensino superior público está representado pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (Ensino Politécnico Público).

Os estabelecimentos privados recenseados pelo INE (2012/2013) eram 167, metade dos quais ministrava, nesse ano letivo, o ensino pré-escolar. A oferta privada seria bem mais significativa neste nível de ensino (84 privados e 31 públicos).

A Escola Superior de Saúde de Alcoitão representa o Ensino superior privado (Ensino Politécnico Privado).



■ Jardim de Infância ■ EB 1.º Ciclo + Jardim de Infância
■ EB 1.º Ciclo ■ EB 2.º e 3.º Ciclos
■ EB 2.º e 3.º Ciclos e Secundária ■ Escola Secundária
■ EB 3.º Ciclo e Secundária ■ Ensino Superior

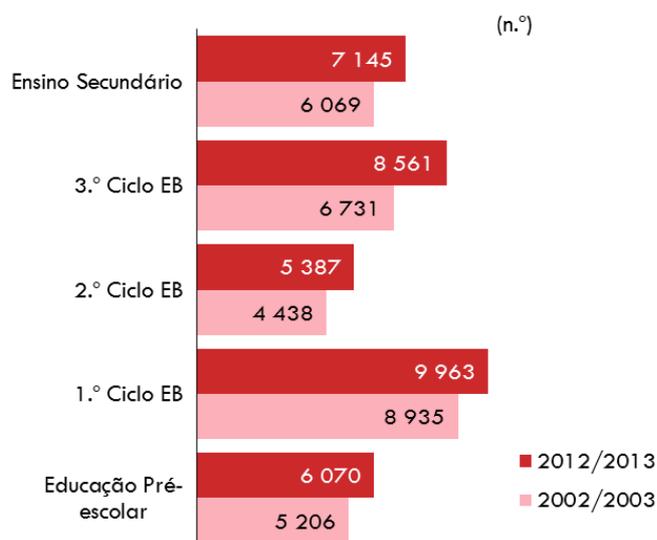
[Estabelecimentos de educação/ensino da rede pública segundo o nível de ensino ministrado em 2014/2015, CMC]

Cerca de 37 mil alunos frequentam os equipamentos de ensino

No ano letivo de 2012/2013 frequentavam os estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário, em Cascais, 37.126 alunos. Num período de 10 anos, o quantitativo de alunos aumentou 5.747.

O aumento de alunos no ensino pré-escolar foi significativo (17% nesse decénio), o que denota um maior investimento na cobertura deste nível de ensino.

O maior número de alunos concentrava-se no 1.º ciclo do Ensino Básico, com 9.963 (27% do total).

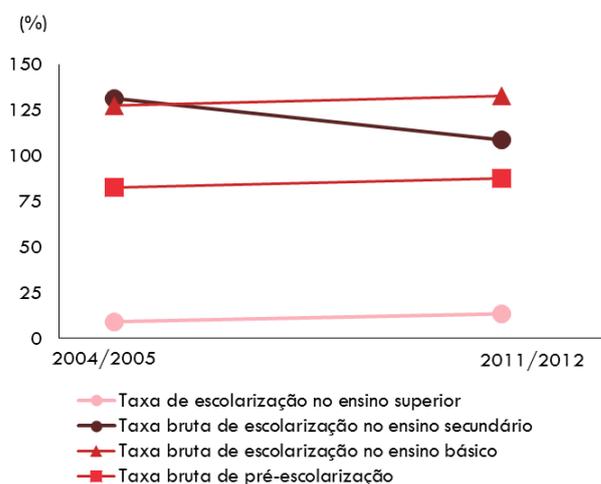


[Alunos matriculados segundo o nível de ensino ministrado em 2002/2003 e em 2012/2013, INE]

Evolução favorável dos níveis de escolarização, exceto no ensino secundário

As taxas de escolarização concelhias evoluíram favoravelmente no período considerado, exceção feita ao nível de ensino secundário. A percentagem de alunos matriculados neste nível de ensino, face à população residente na mesma faixa etária (15 aos 17 anos) era menor no ano letivo de 2011/2012 (108,6%) comparativamente com o ano letivo 2004/2005 (131,3%).

Nos níveis de ensino iniciais (pré-escolar e ensino básico), o comportamento concelhio é mais favorável, apresentando níveis de escolarização mais elevados que a média da AML.



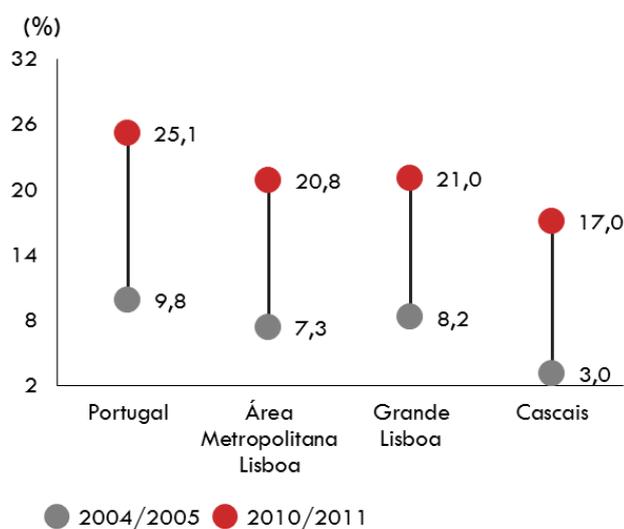
[Taxas de escolarização por nível de ensino em 2004/2005 e em 2011/2012, INE]

A tendência nacional para o aumento da procura dos cursos profissionais reflete-se igualmente em Cascais.

Esta oferta de ensino de nível secundário, que constitui uma via qualificante com maior ligação ao mundo do trabalho, tem observado uma procura cada vez maior por parte dos alunos do 10.º, 11.º e 12.º anos.

No ano letivo de 2004/2005 a taxa de participação apresentava valores residuais (3%), no último ano letivo com informação disponível (2010/2011) o peso dos alunos do secundário que optaram por esta via é substancialmente mais elevado (17%).

Aumento generalizado da procura por cursos profissionais



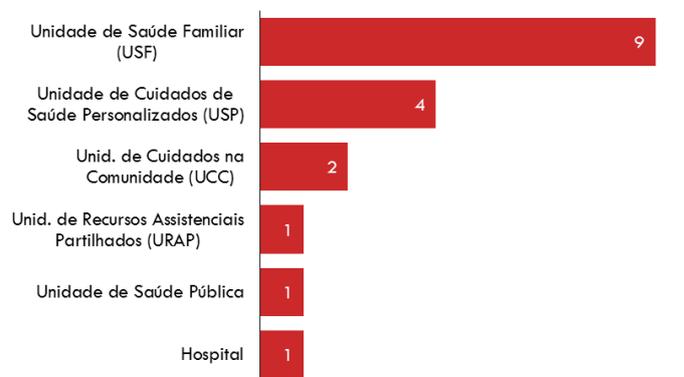
[Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário regular em 2004/2005 e em 2010/2011, INE]

II.2.6. Saúde

Rede de Cuidados de Saúde com 18 unidades

O Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Cascais, sediado em João do Estoril, engloba nove Unidades de Saúde Familiar (USF), quatro Unidades de Cuidados de Saúde Personalizadas (UCSP), duas Unidades de Cuidados de Saúde na Comunidade (UCC), uma Unidade de Saúde Pública (USP) e uma Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP).

A rede de cuidados de saúde diferenciados é constituída pelo Hospital Dr. José e Almeida (HPP).



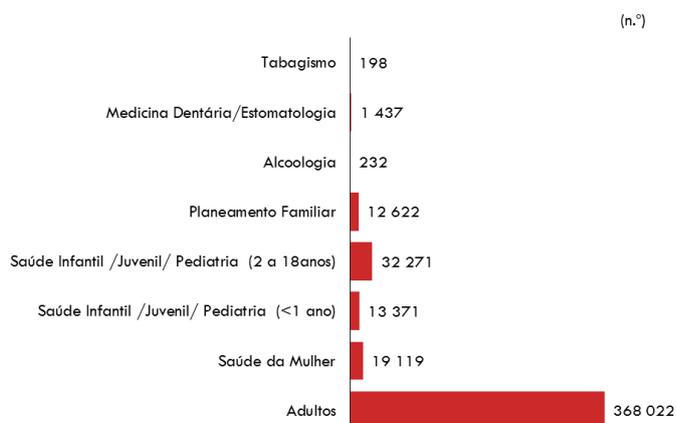
[Rede concelhia de cuidados de saúde em janeiro de 2015, ARSLVT]

Maior procura de cuidados de saúde; mais de 37.000 utentes sem médico de família atribuído

Segundo dados de 2011, foram realizadas 447.874 consultas no ACES de Cascais (Centro de Saúde de Cascais e Centro de Saúde da Parede), mais 4.727 que em 2010.

Destas, 12.622 foram consultas de Planeamento familiar e 45.642 de Saúde Infantil/Juvenil. Destaque para a existência de consultas de tabagismo e alcoologia.

Em janeiro de 2015, estão inscritos no ACES de Cascais 227.229 utentes, 189.443 dos quais são utentes frequentadores (83%). Os utentes sem médico de família atribuído são 37.178.



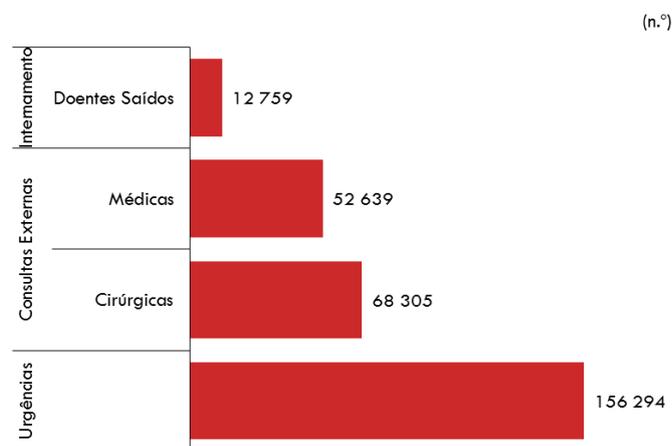
[Consultas médicas por tipo no ACES Cascais em 2011, DGS]

Oferta de cuidados de saúde no Hospital Dr. José de Almeida

Em 2011, foram atendidos nas suas urgências mais de 156 mil doentes. No mesmo ano, as consultas externas, cirúrgicas e médicas, rondaram as 120 mil. A taxa de ocupação global do serviço de internamento foi de 72,3%, sendo que a taxa de ocupação das especialidades cirúrgicas ascendeu a 79,7% (demora média de atendimentos dos doentes de cinco dias). Nas especialidades médicas, a taxa de ocupação foi quase total (98,3%) com uma demora média correspondente de 10,1 dias.

Nos anos de 2012 e 2013, as consultas externas aumentaram 11% (117.120, em 2012, para 130.458 em 2013).

Estão disponíveis especialidades médicas, cirúrgicas, Diagnóstico e Terapêutica e serviço de urgência. Especialidades médicas: Gastrenterologia, Medicina Interna, Pediatria, Pneumologia, Dermatologia, Neurologia e Psiquiatria. As especialidades cirúrgicas: Cirurgia Geral; Ginecologia / Obstetrícia; Oftalmologia; Ortopedia; Otorrinolaringologia; Urologia. Diagnóstico e Terapêutica: Anatomia Patológica, Anestesiologia, Patologia Clínica, Radiodiagnóstico, Imunohemoterapia, Medicina Física e de Reabilitação. O serviço de urgência subdivide-se em: geral, pediátrica e obstétrica.



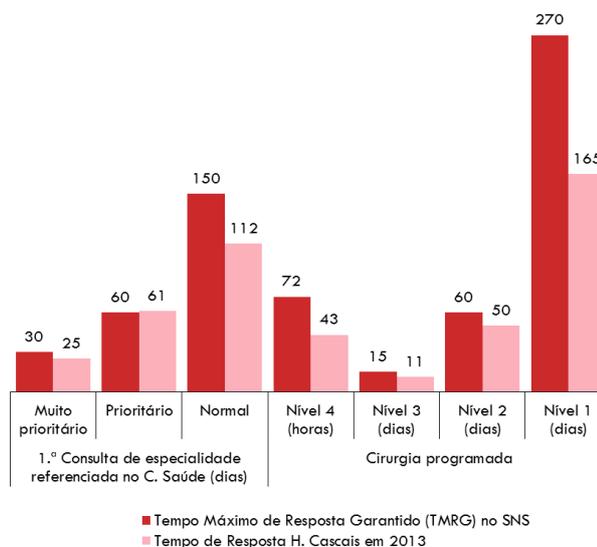
[Serviços prestados no HPP H Cascais em 2011, DGS]

Tempos máximos de resposta no Hospital Dr. José de Almeida clinicamente aceitáveis

Os tempos máximos de resposta garantidos pelo hospital são considerados clinicamente aceitáveis, estando dentro dos limites recomendados para o SNS em quase todos os níveis prioritários.

Em 2013, foram realizadas 130.458 consultas externas, sendo que 47.231 foram primeiras consultas. Um total de 4.091 consultas foram realizadas fora do TMRG, maioritariamente nas especialidades de Oftalmologia (2.804), Dermatologia (556) e Gastrenterologia (567).

No que se refere à atividade cirúrgica, as maiores percentagens de cirurgias realizadas fora do TMRG dizem respeito às especialidades de oftalmologia, urologia e ortopedia.

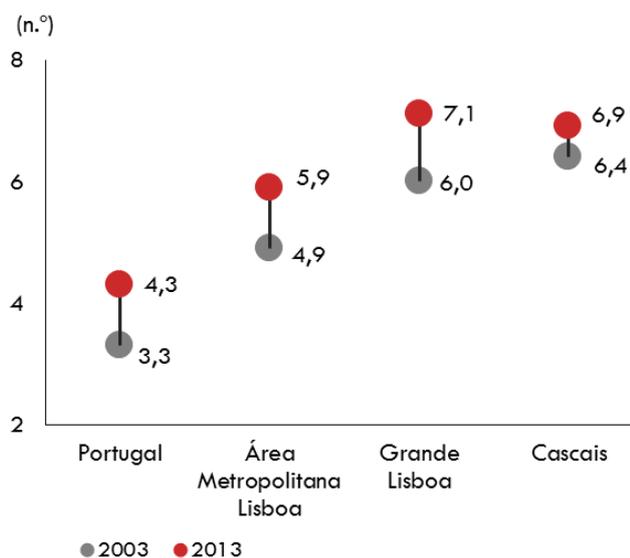


[Tempos máximos de resposta garantidos no SNS e no Hospital de Cascais em 2013, DGS]

Dotação de médicos superior aos valores médios regional e nacional

Observa-se um aumento do número de médicos/1.000 hab.⁸ entre 2003 e 2013, de 0,5% (6,4 para 6,9).

Comparativamente aos valores de Portugal e da AML (4,3 e 5,9, respetivamente), a posição de Cascais era, em 2013, favorável, com um maior número de médicos, ainda que este posicionamento não se observasse na Grande Lisboa (7,1 médicos/1.000 habitantes).



[Médicos por 1000 habitantes, em 2003 e em 2013, INE]

⁸ Médicas/os por 1000 habitantes: (Número total de médicas/os inscritos no final do ano/ População residente estimada para o final do ano)*1000.

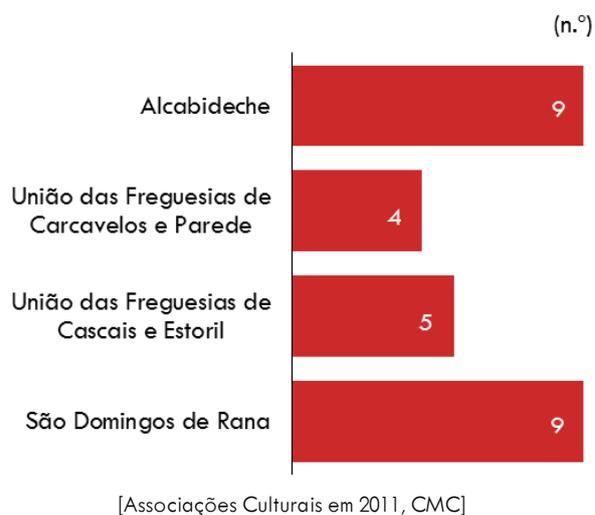
II.2.7. Cultura e Lazer

Densidade do movimento associativo e presença significativa de associações culturais

As 27 associações culturais existentes no concelho em 2011 localizavam-se maioritariamente a norte, nas freguesias de Alcabideche e de São Domingos de Rana.

As mais antigas datam do final do século XIX: a Associação Humanitária Recreativa Cascaense – Teatro Gil Vicente (1868) e a Sociedade Musical União Paredense (1899).

Na sua maioria, tem a sua sede em equipamentos dotados de salões polivalente e palcos, onde são exercidas diversas atividades: dança, teatro, escolas de música, grupos cénicos, rancho, orquestras, bandas, marionetas.

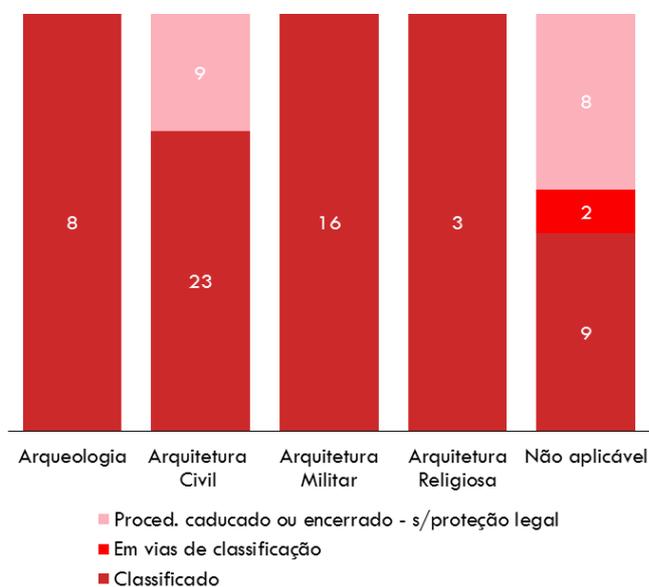


Relevância e notoriedade de imóveis patrimoniais

A Direção Geral do Património Cultural identifica 78 elementos patrimoniais em Cascais, 61 dos quais classificados ou em vias de classificação.

Assim, são identificados 32 Imóveis de Interesse Público (IIP), 10 Monumentos de Interesse Público (MIP) e um Conjunto de Interesse Público (CIP). Com interesse municipal, identificam-se: 10 Imóveis, 1 Monumento e 3 Conjuntos.

Dos elementos que compõem o património classificado, destacam-se, pelo seu maior número, os imóveis de Arquitetura Civil (32), onde se incluem palácios, casas e edifícios, e os de Arquitetura Militar (16), de que são exemplo os Fortes ou a Cidadela de Cascais.

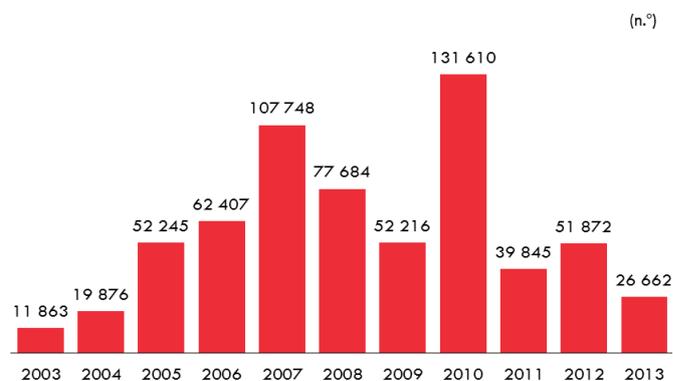


Oscilação da procura de espetáculos ao vivo e de locais de visitação

Ao longo do dec nio 2003-2013, o número de espetadores em espetáculos ao vivo oscilou significativamente em rela o direta com a oferta anual destes eventos.

Embora o valor atingido em 2013 seja bastante superior face a 2003, situa-se, porém, distante do alcançado em 2010, em que mais de 131 mil pessoas presenciaram espetáculos desta tipologia em Cascais.

Releve-se a evolu o favorável do indicador "visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por habitante" (0,2, em 2007, para 1,2, em 2011).



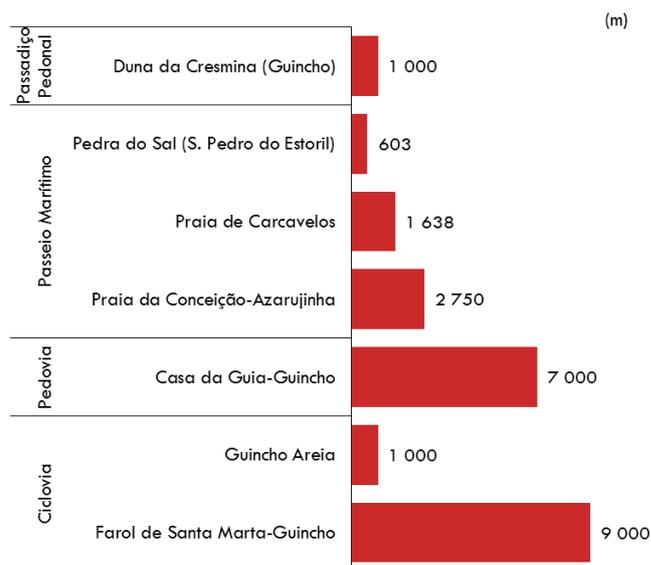
[Espectadores de espetáculos ao vivo entre 2003-2013, INE]

Concentra o dos espaços de lazer ao ar livre no litoral

O esforço significativo por parte da autarquia na cria o de espaços de recreio e lazer ao ar livre   visível no número de ciclovias, pedovias e passeios marítimos criados.

Estas vias atingem uma importante extensão, de cerca de 23 km no total: 10 km em percursos cicláveis; 7 km na pedovia Guia-Guincho; cerca de 5 km nos três passeios marítimos e 1 km no passadiço pedonal da duna da Cresmina.

Estas infraestruturas localizam-se no litoral, em locais de maior beleza c nica, propícios   frui o da natureza.



[Ciclovias, pedovias e passeios marítimos em janeiro de 2015, CMC]

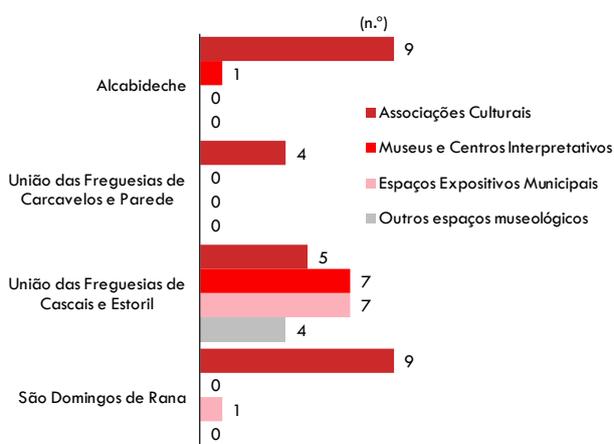
Oferta diversificada de equipamentos culturais

A oferta de equipamentos culturais é vasta, parte deles com atratividade supramunicipal. Existe uma concentração destes equipamentos no litoral, mormente na União de Freguesias de Cascais e Estoril. Exceção feita às associações culturais, 2/3 das quais localizadas em S. Domingos de Rana e Alcabideche.

Os espaços para exposições existentes incluem: o Centro Cultural de Cascais; a Casa de Santa Maria; o Forte de São Jorge de Oitavos; o Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria; o Espaço Memória dos Exílios; a Biblioteca São Domingos de Rana; o Centro de Interpretação Ambiental da Pedra do Sal; e o Espaço Memória TEC.

Por sua vez, os Museus e Centros Interpretativos Municipais são: Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães; Museu do Mar - Rei D. Carlos; Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria; Farol Museu de Santa Marta; Forte de São Jorge de Oitavos; Moinho de Armação Tipo Americano; Casa de Santa Maria; Espaço Memória dos Exílios.

A categoria "Outros Espaços Museológicos" abrange: a Casa das Histórias Paula Rego; Palácio da Cidadela de Cascais; Marégrafo de Cascais; Espaço Memória Teatro Experimental de Cascais.



[Equipamentos culturais em janeiro de 2015, CMC]

II.2.8. Informação e cidadania

Diminuição considerável da participação nas eleições autárquicas

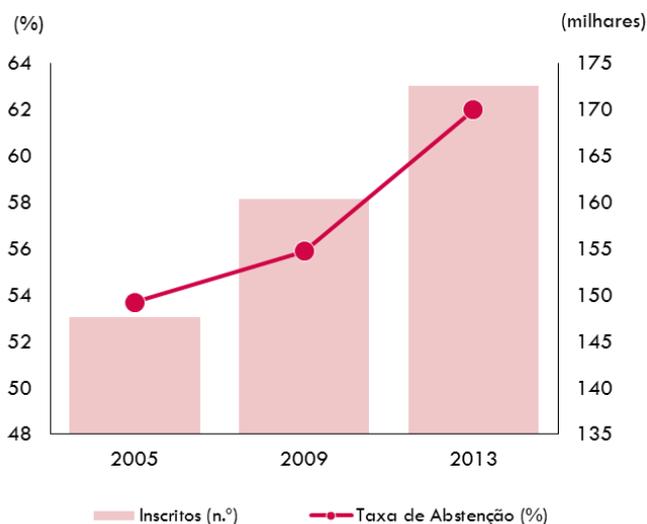
A abstenção do processo político tem vindo a aumentar no concelho de Cascais, em linha com o comportamento dos concelhos da AML.

Nas últimas eleições autárquicas, em 2013, 62% dos eleitores recenseados não exerceram o seu direito de voto nas eleições para a Câmara Municipal. A renúncia à participação tem assumido uma expressividade cada vez maior (em 2005, foi de 53,7%).

O comportamento médio nacional é bastante menos negativo, observando-se uma maior participação dos eleitores nestes atos eleitorais (taxa de abstenção de 39%, em 2005 e de 47,4%, em 2013) nas mesmas eleições.

Nos três últimos atos eleitorais para o Parlamento Europeu registaram-se taxas de abstenção superiores a 60% em Cascais (61,0; 62,3 e 65,0 em 2004, 2009 e 2014, respetivamente).

Por outro lado, as eleições para a Assembleia da República foram mais participadas, com a abstenção a atingir valores da ordem dos 30% (38,6% em 2011). Nas eleições presidenciais de 2011, a abstenção foi de 54,5%.

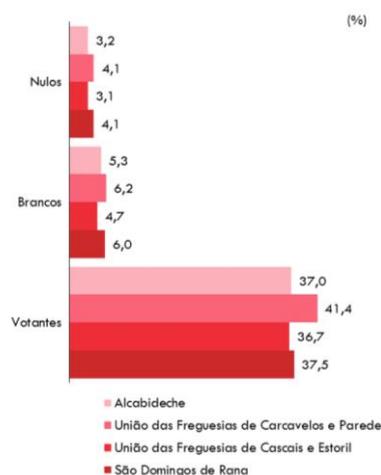


[Votantes Inscritos e taxa de abstenção nas eleições para a Câmara Municipal em 2005, em 2009 e em 2013, DGAII]

Equilíbrio nos níveis de participação no processo eleitoral de 2013, não existindo assimetrias intra-concelhias

Apesar de não existirem grandes discrepâncias entre freguesias, a União das Freguesias de Carcavelos e Parede foi aquela onde a participação nas eleições autárquicas de 2013 foi maior. A percentagem de votantes foi de 41,4% do total.

Dos 172.537 inscritos no município, apenas 65.549, ou seja, 38% exerceram o seu dever cívico, votando.

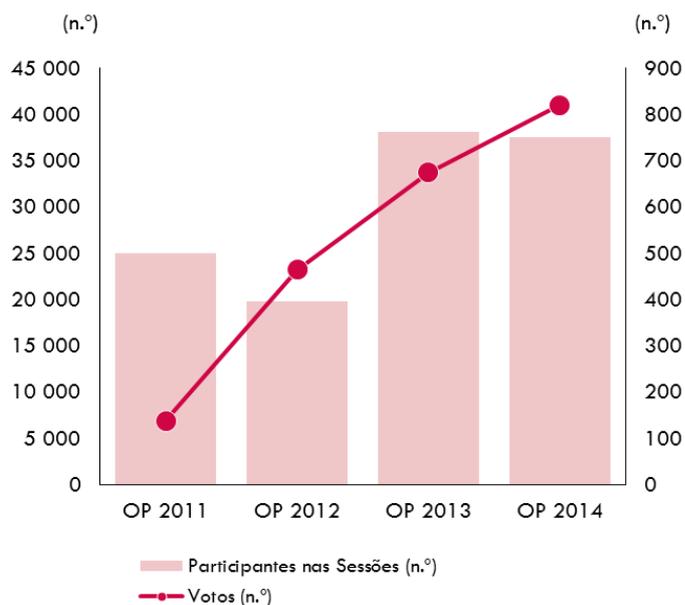


[Proporção de votantes e de votos em branco e nulos nas eleições para a Câmara Municipal em 2013, DGAII]

Forte mobilização cidadã no Orçamento Participativo

A utilização do Orçamento Participativo (OP), como mecanismo de participação democrática, teve uma resposta positiva por parte dos munícipes de Cascais, permitindo decidirem sobre uma parte do orçamento municipal (€1,5 milhões/ano).

O reforço da participação pública está patente no cada vez maior número de participantes nas sessões públicas de propostas de projetos e no maior número de votos nos projetos propostos (41.005 votos e 750 participantes no OP de 2014).



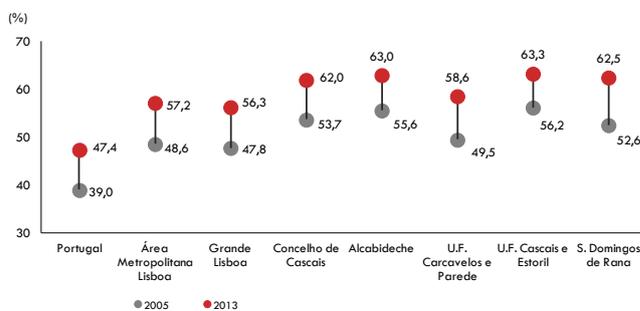
[Participantes nas sessões e votos nos orçamentos participativos de Cascais em 2011, em 2012, em 2013 e em 2014, CMC]

Elevada taxa de abstenção para as eleições autárquicas, comparativamente aos contextos regional e nacional

De uma forma geral, os processos eleitorais são cada vez menos participados pelos eleitores portugueses.

A taxa de abstenção para as eleições autárquicas em Cascais (votação para a Câmara Municipal) foi elevada (62%, em 2013), sendo superior ao valor médio nacional (47,4%) e da AML (57,2%).

Independentemente das causas apontadas, este afastamento ou participação passiva deverá merecer alguma atenção por parte dos eleitos.



[Taxa de Abstenção nas eleições para a Câmara Municipal em 2005 e em 2013, DGA]

III. MATRIZ DE AVALIAÇÃO E DE MONITORIZAÇÃO DA SITUAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE CASCAIS

Lote 1. Recolha, tratamento e análise de dados quantitativos e qualitativos referentes à situação social

III.1. MODELO

A matriz de avaliação e de monitorização da situação social do concelho de Cascais é um instrumento de particular importância no contexto do DSC, constituindo-se como uma importante ferramenta de apoio ao planeamento.

Face à relevância que assume no âmbito da situação social concelhia, a monitorização e avaliação devem ser entendidas como suportes fundamentais para a identificação e análise dos fenómenos sociais emergentes e consolidados, contribuindo para a sua mitigação, bem como para a validação das políticas sociais a implementar. Desta forma, é essencial definir um modelo de matriz que observe as mais relevantes dinâmicas da esfera social e que seja capaz de responder às exigências associadas a este instrumento.

A estrutura da matriz deve ser adequada a estas exigências garantindo, ao mesmo tempo, a simplicidade e capacidade de síntese que assegure a sua funcionalidade e eficácia. Esta complexidade está associada à relevância que a matriz pode ter no desenho de futuras políticas públicas orientadas para o desenvolvimento e coesão social.

Assim, é necessário que o modelo de matriz seja funcional do ponto de vista da sua capacidade de monitorização e atualização. Para assegurar essa validade, foram realizadas reuniões com a Equipa de Acompanhamento, nas quais foram abordados aspetos específicos relacionados com o modelo da matriz. Considerou-se fundamental que a mesma proporcione um relacionamento de proximidade entre a bateria de indicadores e os territórios em análise, contribuindo para a referenciação espacial dos fenómenos sociais em consideração.

Face aos objetivos de monitorização e avaliação e atendendo igualmente à complexidade associada às "áreas de vida" e aos "grupos de análise", o número de indicadores a constar na matriz deve estar compatibilizado com as necessidades de constante atualização e espacialização dos fenómenos. É necessário que se alcance um compromisso entre o sistema de indicadores, a sua amplitude e profundidade de análise, a necessidade de enquadrar no território as suas diferentes expressões e a diversidade social, abordando desde as "áreas de vida" aos "grupos de análise".

A lógica de monitorização está dependente da capacidade comparativa no tempo e no espaço, pelo que a matriz deve também considerar a necessidade de se efetuarem comparações entre várias unidades espaciais e diferentes momentos. Importa, portanto, definir uma noção de escala comum, capaz de responder a esta necessidade comparativa, assim como momentos de referência de recolha de informação estatística. Este compromisso torna possível uma análise coesa e robusta, baseada em dimensões espaciais e temporais comparáveis.

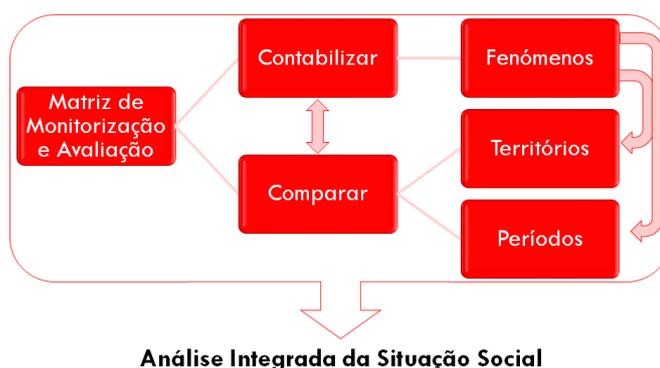
Face ao quadro de exigências apresentado, optou-se por um modelo de matriz que suporta a monitorização dos fenómenos sociais através de dois grandes objetivos, nomeadamente: i. a contabilização (ou seja, a quantificação, em escala aplicável); ii. a comparação (entre territórios e períodos temporais distintos).

Este quadro implica a construção de uma matriz que permita um relacionamento robusto entre os diversos indicadores que a constituem, sendo necessário definir escalas temporais e espaciais de análise que sejam passíveis de ser comparadas. De igual forma, é determinante que os indicadores a considerar estejam disponíveis a diversas escalas e de forma regular, garantindo a aplicação e utilização da matriz de monitorização a médio e a longo prazo.

Face à dinâmica dos fenómenos sociais, a sua quantificação é determinante para um retrato social coeso. A contabilização, em períodos diferenciados, pressupõe a capacidade para realizar análises evolutivas e tendenciais, o que confere à matriz uma capacidade de análise precoce. Da mesma forma, a quantificação dos fenómenos em diversas unidades territoriais torna possível uma análise de base territorial. Com estes elementos, torna-se possível a realização de uma análise integrada da situação social.

Estes são os principais desafios associados a este instrumento e que foram considerados no desenvolvimento estrutural da matriz. Com base neste esquema conceptual, ficam claras as noções associadas à sua criação, contribuindo para que se institua como um instrumento ativo no planeamento das políticas de ação e inclusão social.

Figura 1. Esquema Conceptual da Matriz de Avaliação e de Monitorização



Uma vez que as “áreas de vida” e os “grupos de análise” a considerar complexificam o processo de monitorização, especialmente se for tida em conta a diversidade de variáveis e indicadores que cada tipologia pode observar e a própria dimensão da esfera social, é necessário que a estrutura se mantenha suficientemente simplificada para garantir a operacionalidade da matriz a médio e longo prazo.

Assim, é necessário ter em consideração critérios de seleção dos indicadores, que deverão ser utilizados no sentido de garantir a sua exequibilidade na recolha de informação para a carregar a matriz, sem prejuízo do detalhe a que deve responder. Esta situação decorre do facto da matriz se assumir como um instrumento de monitorização de amplitude alargada, o que representa um desafio constante na sua utilização, na definição de prioridades estáveis a longo prazo e na validação dos indicadores a incluir.

III.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS INDICADORES

Face à relevância que os indicadores e índices representam para a operacionalidade da matriz de monitorização, a sua recolha e seleção deve observar um conjunto de critérios de referência, de modo a garantir a sua coesão e utilidade dentro do quadro de objetivos a que este instrumento procura dar resposta. Para responder a esta exigência, definiram-se os critérios a observar na sua recolha. Face à sua preponderância para o sucesso e utilidade global da matriz enquanto instrumento de avaliação e monitorização da situação social do concelho, os critérios devem salvaguardar a articulação dos indicadores estatísticos com a análise das dinâmicas sociais locais. Desta forma, contribui-se para uma maior integração da capacidade de análise da matriz de monitorização com os fenómenos sociais que se pretendem avaliar, cumprindo com um dos principais objetivos deste instrumento.

Paralelamente, e atendendo às particularidades dos contextos da realidade social que se propõem analisar — nomeadamente as desigualdades sociais, os níveis de pobreza e as condições de bem-estar social —, é fundamental que uma noção de transversalidade a todas estas dimensões seja também contemplada na definição dos critérios de seleção. Tal permite uma maior integração na monitorização e apreensão destes fenómenos, possibilitando uma análise capaz de perceber o estado da coesão e bem-estar geral do concelho com base nos “grupos de análise” e nas “áreas de vida” estabelecidas como prioritárias.

Relevada a exigência contextual dos indicadores e índices que irão constituir a base de análise da matriz, é necessário garantir que os mesmos dão resposta a esses objetivos sem perder o seu rigor técnico e científico, salvaguardando a validade e qualidade global deste instrumento de monitorização e avaliação da situação social.

Após identificadas os desafios associados ao exercício de recolha de indicadores e da constituição de índices, tem lugar a estabilização dos critérios que auxiliam a definição dos elementos estatísticos que devem constituir a matriz de monitorização.

Atendendo ao elevado número de indicadores simples e compostos existentes e com potencial interesse para constar na matriz de avaliação e de monitorização, é fundamental reduzir o seu número ao indispensável, para que a mesma mantenha a sua utilidade e exequibilidade a médio e longo prazo, especialmente ao nível da avaliação e acompanhamento dos fenómenos sociais. Os critérios de seleção desempenham um papel importante nessa delimitação, contribuindo para a capacidade de síntese da matriz.

Com base no exposto, e considerando as exigências e objetivos associados a esta matriz, foram definidos os seguintes critérios de referência que os indicadores e índices a recolher devem respeitar:

➤ Relevância

Este critério está diretamente associado à pertinência do indicador, pressupondo a capacidade de quantificar as realizações, resultados e impactes, contribuindo para uma monitorização de proximidade com base na sua evolução e respondendo ao principal objetivo da matriz de avaliação e de monitorização. Os indicadores devem assumir uma importância central e incontornável no "grupo de análise" ou na "área de vida" em que se enquadram e cobrir, se possível, vários aspetos do tema em análise, procurando identificar correlações e dependências. Desta forma, permite-se uma abordagem integradora de dinâmicas sociais, o que possibilita uma monitorização mais eficiente e capaz de estabelecer relações de causa-efeito. Pretende-se, assim, que o conjunto de indicadores e índices que compõem a matriz sejam efetivamente relevantes e fundamentais para a interpretação das dinâmicas a que dizem respeito.

➤ Robustez

A qualidade da monitorização está altamente dependente da robustez técnica e científica dos indicadores considerados. Estes devem ter uma construção clara e objetiva, promovendo a sua fiabilidade. É igualmente relevante que se encontrem disponíveis em séries cronológicas, conferindo-lhes uma capacidade de compreensão a longo prazo do fenómeno em análise. A solidez do indicador está também dependente da verificação da sua fonte e da sua disponibilidade de forma regular. Salvaguarda-se, assim, uma análise coesa e prolongada ao longo do tempo, contribuindo para um processo de monitorização efetivo e capaz de reconhecer as dinâmicas e tendências emergentes, bem como os vários ciclos de desenvolvimento, assente em princípios técnicos e científicos generalizadamente aceites.

➤ Comparabilidade

A noção de comparabilidade é fundamental para o carácter de monitorização e avaliação associado à matriz. É essencial que os indicadores recolhidos permitam uma análise comparativa no tempo e no espaço, conferindo integridade e consistência à interpretação dos fenómenos sociais que daí resultam. Para além da importância ao nível da análise evolutiva das tendências, também relevada nos critérios anteriores, é necessário que a territorialização dos dados disponíveis se faça em escalas concordantes com o nível de leitura pretendido. Para tal, é necessário que os indicadores considerados estejam disponíveis de forma efetiva a um nível territorial compatível com as dinâmicas que se pretende estudar. É relevante considerar o facto de a informação estatística de base territorial mais pormenorizada ser tradicionalmente recolhida de forma mais espaçada no tempo, o que pode constituir um entrave a uma monitorização de carácter preventivo ou interventivo.

➤ Maneabilidade

A capacidade de manuseamento do indicador deve permitir uma análise sectorial integrada, contribuindo para uma observação que enquadre as diversas componentes sociais na matriz de monitorização e avaliação. Para tal é, necessário conhecer as variáveis que cada indicador ou índice considera, procurando que se cubram os principais "grupos de análise" e "áreas de vida". Procura-se, assim, salvaguardar a validade da interpretação e perceber a amplitude e limites do indicador em questão, de modo a permitir um relacionamento efetivo entre os vários fenómenos sociais com os "grupos de análise" e "áreas de vida", contribuindo para a validade e coesão da interpretação dos resultados. Desta forma, a matriz de monitorização compõe-se como um instrumento de apoio efetivo à tomada de decisão e à definição de políticas públicas.

Prioridade

A diversidade de variáveis e dados estatísticos disponíveis para os diversos “grupos de análise” e “áreas de vida” contribui com que, para as diversas esferas do domínio social, exista um conjunto extenso de indicadores e índices potencialmente pertinentes. Porém, face aos princípios associados à matriz de avaliação e de monitorização, o número de indicadores a considerar tem de estar compatibilizado com a sua missão e objetivos. Assim, é necessário que os indicadores a incluir assumam um carácter prioritário, quer no enquadramento do fenómeno social a que dizem respeito, quer relativamente a outros indicadores associados à mesma dinâmica. Este critério assume a necessidade de se efetuarem escolhas, procurando objetivar e racionalizar as mesmas em função dos objetivos que se propõem atingir. Assim, tendo em conta os demais critérios consagrados, é fundamental que a noção de priorização associada à eleição das variáveis a considerar esteja sempre presente, procurando que essas opções não condicionem a leitura que a matriz permite realizar.

Face ao exposto, e considerando o modelo de matriz, ficam reunidas as condições necessárias para a realização do processo de recolha e consolidação dos indicadores e índices estatísticos que constituirão os âmbitos de monitorização da situação social concelhia.

Face à multiplicidade de atores envolvidos nas diversas estruturas municipais relacionadas com a esfera social, este é um exercício necessariamente complexo que obriga a um entendimento alargado, cujo objetivo é o de gerar consensos que não se podem desligar do âmbito e objetivos da matriz. Para tal, é fundamental que o grupo de trabalho esteja a par dos desafios e condicionantes associados a este processo e preparado para um processo de aproximação das suas necessidades específicas às capacidades e competências de monitorização da matriz relativamente à globalidade dos domínios sociais, aos quais estão associadas as noções de bem-estar e coesão social.

A seleção e consolidação destes critérios desenvolveu-se a partir da análise de alguns artigos bibliográficos, dos quais se devem destacar “O Estado da Arte sobre os indicadores” de Maria do Rosário Partidário (2000), o “*Guiding principles for the selection of indicators and statistics*” do Social Protection Committee Indicator Sub-group da UE (2001) ou o texto de base da apresentação “A construção de indicadores e a monitorização social: uma análise a partir do Pré-Diagnóstico da Rede Social do Porto” no VI Congresso Português de Sociologia de Maria Eugénia Rocha (2008).

III.3. ESTRUTURA E LAYOUT

Apresentados os elementos que contribuíram para a definição e composição da matriz, explicitam-se os diversos parâmetros que a constituem. Pretende-se, deste modo, justificar o seu funcionamento, contribuindo para uma utilização e manipulação mais facilitadas, sem prejuízo de eventuais alterações futuras que venham a ser tidas como necessárias.

A estrutura desenvolvida procura responder aos desafios associados à matriz. É uma proposta que assume a necessidade de se efetuarem escolhas objetivas em função das condicionantes associadas à existência, disponibilidade e periodicidade dos dados estatísticos.

Atendendo às fontes de informação existentes e expectáveis no âmbito do desenvolvimento dos trabalhos do DSC, as dimensões territoriais observadas pela matriz têm como base a unidade administrativa da freguesia, de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro)⁹.

⁹ Porém, face à necessidade de detalhe associada a alguns dos fenómenos sociais e atendendo à possibilidade e facilidade de desagregação de alguns dados, as freguesias que sofreram alterações nos limites através do processo de união administrativa, podem ser abordadas individualmente enquanto tal for pertinente.

A disposição dos indicadores deve responder a uma estrutura organizada, definida em função dos “grupos de análise” e das “áreas de vida”. Apesar de ser sobre estas dimensões que recai parte significativa do processo de diagnóstico, considerou-se também necessário observar indicadores relativos à coesão social geral. Desta forma, obtém-se um detalhe que parte de uma noção geral e abstrata para uma análise de maior pormenor, com base nas dinâmicas próprias e específicas dos grupos e áreas sociais.

Nesta fase preliminar, os indicadores não foram ainda definidos, o que se concretizará durante os trabalhos subsequentes e após consolidadas as perguntas de partida a que o Lote 1 do DSC procurará responder. Assim, não é ainda possível definir o total de indicadores a considerar, já que as realidades associadas a cada “grupo de análise” e a cada “área de vida” são variáveis, o que significa que, para a sua monitorização social, será necessário um número de indicadores diferenciado. Para algumas destas dimensões, em função das suas características ou da própria existência de dados estatísticos, apenas um indicador ou índice será suficiente, ao passo que, para outras, pode ser necessário um conjunto maior, procurando respeitar os critérios de seleção consagrados anteriormente. De qualquer forma, está definido um valor de referência entre os 20 a 30 indicadores no total. Considera-se que este intervalo representa um ponto de equilíbrio entre a necessidade de sintetizar a informação a obter sem prejuízo da perceção das dinâmicas próprias dos “grupos de análise” e das “áreas de vida”, bem como de uma noção de referência da coesão social alargada às diversas unidades territoriais em questão.

A matriz observa igualmente uma recolha de informação em momentos cronológicos distintos, de modo a permitir-se uma comparação de nível temporal com base na evolução dos dados existentes. Esta análise é particularmente importante para a compreensão das principais tendências, podendo ser alargada a mais do que os dois períodos de referência em questão, através do acréscimo de mais uma coluna nessa subsecção.

Com base nesta leitura, a estrutura global da matriz apresenta um cruzamento dos indicadores entre a noção de coesão social geral, “os grupos de análise”, as “áreas de vida” e com as grandes unidades territoriais, tal como apresentado na figura seguinte. Em ficheiro em formato Excel, disponibilizado com o Relatório Preliminar, é possível analisar a estrutura global da Matriz de Avaliação e de Monitorização da Situação Social do Concelho de Cascais e respetivos atributos.

Partindo da apresentação global da estrutura da matriz, efetua-se uma análise mais detalhada dos seus principais elementos, contribuindo para a compreensão e fortalecimento da sua organização estrutural como um todo.

O eixo horizontal está ocupado com as diversas unidades territoriais consideradas relevantes, tal como ilustrado na figura seguinte.

Figura 3. Eixo Horizontal: Unidades Territoriais

União Europeia	Portugal	Área Metropolitana de Lisboa	Grande Lisboa	Concelho	Freguesia de Alcabideche	União das Freguesias de Carcavelos e Parede			União das Freguesias de Cascais e Estoril			Freguesia de São Domingos de Rana
						União de Freguesias	Carcavelos	Parede	União de Freguesias	Cascais	Estoril	

Nas unidades territoriais consagradas, constam as seguintes dimensões espaciais:

- União Europeia
- Portugal
- Área Metropolitana de Lisboa
- Grande Lisboa
- Concelho
- Freguesia de Alcabideche
- União das Freguesias de Carcavelos e Parede
 - União de Freguesias
 - Carcavelos
 - Parede
- União das Freguesias de Cascais e Estoril
 - União de Freguesias
 - Cascais
 - Estoril
- Freguesia de São Domingos de Rana

A integração no espaço comunitário contribuiu para uma maior sensibilização política e cívica para o combate à discriminação e à exclusão social, para além de ter permitido uma divulgação alargada de conhecimentos e técnicas associadas a estas problemáticas. Assim, é relevante observar uma perspetiva comparada com a realidade europeia no que às dinâmicas em estudo diz respeito.

Neste sentido o principal objetivo é o de estabelecer metas com base nessa lógica comparativa, procurando perceber em que aspetos a realidade social concelhia se apresenta mais deficitária ou evoluída face à média europeia. Uma vez que a União Europeia (UE) se apresenta em constante evolução, é necessário definir a que dimensão esta coluna se irá referir, podendo ser utilizado como ponto de partida o conjunto da atual UE (28 países), tendo em conta que, dessa forma, se pode perder a noção evolutiva de anos anteriores, já que o último alargamento ocorreu em 2013.

A comparação em termos nacionais é fundamental para a perceção da situação social, contribuindo para uma análise de contexto mais restrito. Assim, a informação relativamente ao conjunto nacional permite posicionar Cascais a uma escala mais restrita, mas também mais diretamente comparável que a realidade europeia.

Na sequência desta evolução multiescalar, a realidade regional é também considerada através da Área Metropolitana de Lisboa e da Grande Lisboa. Estas unidades espaciais constituem-se como “espaços de inserção territorial” (ou seja, territórios de âmbito regional e sub-regional onde o concelho de Cascais se encontra

inserido) cujas dinâmicas sociais se refletem de forma mais evidente na realidade social concelhia, apesar de, especialmente ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, existirem territórios com enquadramentos demográficos e socioeconómicos bastante diversificados.

As restantes colunas são reservadas para o território concelhio e respetivas freguesias. Como já referido, no caso das Uniões de Freguesias, de modo a possibilitar uma noção de contexto relativamente à evolução dos fenómenos, realiza-se uma desagregação com base nas antigas freguesias. Cabe ao utilizador da matriz avaliar a partir de que momento deixa de ser pertinente esta desagregação passando a ser utilizada apenas a atual dimensão territorial destes territórios.

Tendo em conta as limitações associadas à informação estatística existente, torna-se impossível aprofundar a escala espacial além da unidade da freguesia. Isto porque existe um conjunto significativo de localidades no concelho que, no caso de serem incluídas, iriam alargar sobremaneira a dimensão da matriz, tornando-a pouco flexível e, em última análise, impraticável.

Desta forma, sugere-se que, com base nos resultados para as freguesias, principalmente para os casos em que se identifiquem fenómenos sociais de dimensão ou evolução merecedora de uma análise mais detalhe, se realize um desdobramento desta matriz através da criação de uma segunda folha de igual estrutura em que, nas colunas reservadas às unidades territoriais, sejam introduzidas as localidades ou subsecções estatísticas relevantes para a análise desse fenómeno.

Uma vez que esse tipo de análise resulta de uma leitura específica dos dados relativos a um fenómeno em particular, passa-se para uma estratégia de monitorização e avaliação dedicada a essa dinâmica em específico, circunscrita ao território em que a mesma assume uma dimensão mais relevante. Este será o cenário ideal em que, de uma análise de monitorização global da situação social concelhia, se permite abordar de forma mais individualizada e especializada uma componente específica da esfera da intervenção dos atores locais num dado território perfeitamente identificado.

A organização do Diagnóstico por “grupos de análise” e por “áreas de vida” é também incorporado na matriz de monitorização que apresenta a distribuição dos indicadores a considerar da seguinte forma:

- Coesão Social Geral
- Grupos de Análise
 - Crianças e Jovens
 - Mulheres
 - Pessoas Idosas
 - Pessoas com Deficiência
 - Imigrantes e Minorias
- Áreas de Vida
 - Emprego
 - Rendimento
 - Habitação, Urbanismo e Acessibilidades
 - Alimentação e Consumo
 - Educação
 - Saúde
 - Cultura e Lazer

Formalmente, esta estrutura surge no eixo horizontal da tabela tal como representada na figura seguinte.

Figura 4 - Eixo Horizontal: Tipologias de indicadores

Grupos Vulneráveis					Áreas de Vida							Coesão Social Geral
Imigrantes e Minorias	Pessoas com Deficiência	Pessoas Idosas	Mulheres	Crianças e Jovens	Cultura e Lazer	Informação e Cidadania	Educação	Saúde	Alimentação e Consumo	Habituação, Urbanismo e Acessibilidades	Rendimento	

Através desta forma de organização dos indicadores, garante-se a cobertura das diversas categorias que se pretendem abordar, contribuindo para a avaliação da situação social global do concelho, também considerada na tipologia de indicadores enquadrados na “coesão social geral”.

Para efeitos de monitorização, é fundamental que ocorra uma recolha de dados de forma regular e de acordo com padrões metodológicos consistentes, concordantes com a exigência técnica e científica da estatística. Tendo por base este pressuposto, a matriz procura captar as tendências e dinâmicas evolutivas, através de uma análise de variação com base em momentos de recolha distintos, por exemplo, em 2001 e 2011 (anos de recenseamento geral da população) calculando automaticamente a variação entre esses períodos.

Neste exercício, encontra-se um dos momentos de maior sensibilidade relativamente à utilidade da matriz, associado à disponibilidade de dados para as várias unidades territoriais observadas em periodicidade compatível com uma monitorização efetiva e sustentável.

Para salvaguardar a sua interpretação, é necessário que, para cada indicador, seja preenchido um campo relacionado com a sua descrição e fonte, contribuindo para a validade e interpretação das análises baseadas na matriz.

Esta é a estrutura proposta para a Matriz de Monitorização e Avaliação da Situação Social do Concelho. O seu desenvolvimento considerou a complexidade dos seus objetivos, procurando atenuar as debilidades associadas à mera interpretação estatística e privilegiar a funcionalidade a longo prazo. Procurou evitar-se o desenvolvimento de uma ferramenta demasiado complexa ou de utilização única, associada a uma grande quantidade de informações ou com um nível de detalhe que não seja utilizável a prazo.

Crê-se, deste modo, estarem reunidas as condições para o estabelecimento de um processo de monitorização e avaliação assente na matriz e cujo ponto de partida de referência é a realização do DSC.



CEDRU – Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda

Rua Fernando Namora, 46º
1600-454 Lisboa

T. +351 21 712 12 40
F. +351 21 712 12 50

geral@cedru.com